



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

VANESSA MORAES LIBERATTI

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA APOSENTADORIA PARA
ENFERMEIROS DOCENTES DO CURSO DE ENFERMAGEM
DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA**

Londrina
2013

VANESSA MORAES LIBERATTI

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA APOSENTADORIA PARA
ENFERMEIROS DOCENTES DO CURSO DE ENFERMAGEM
DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Enfermagem.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Júlia Trevisan Martins.

Londrina
2013

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

L695r Liberatti, Vanessa Moraes.

Representações sociais da aposentadoria para enfermeiros docentes do curso de enfermagem de uma universidade pública. / Vanessa Moraes Liberatti –Londrina : 2013.

132 f. : il.

Orientador: Julia Trevisan Martins.

Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências da Saúde, 2014.

Inclui bibliografia.

1. Aposentadoria– Teses. 2. Saúde do trabalhador – Teses. 3. Enfermagem– Teses 4. Docente – Teses I. Martins, Julia Trevisan. II. Universidade Estadual de Londrina. III. Título.

VANESSA MORAES LIBERATTI

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA APOSENTADORIA PARA
ENFERMEIROS DOCENTES DO CURSO DE ENFERMAGEM DE UMA
UNIVERSIDADE PÚBLICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Enfermagem.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Júlia Trevisan Martins
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof^a. Dr^a. Alexandrina Ap. Maciel Cardelli
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof^aDr^a Maria Lucia do Carmo Cruz Robazzi.
Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da
Universidade de São Paulo/USP-EERP-USP

Londrina, 22 de novembro de 2014.

Dedico

À minha mãe Elaine e ao meu pai Florisvaldo, meus pilares, pelo amor, pelos valores e pelo incentivo.

Ao meu irmão Luciano e à minha irmã Juliana pelo carinho e pela cumplicidade.

À minha orientadora Julia, que me orientou e me ensinou com muito carinho, paciência e acima de tudo, com muita sabedoria e brilhantismo.

Agradecimentos

À Deus,

Que conduz minha vida e ilumina meus passos, me concedendo tantas realizações. Sou muito abençoada. Obrigada pelas pessoas maravilhosas que Você colocou na minha vida e por me ajudar a seguir sempre em frente.

À minha família,

Pelo amor incondicional e o extremo apoio para a realização dos meus sonhos. Esta que sempre esteve presente demonstrando diversas manifestações de amor para me manter calma e firme nas minhas convicções quanto à minha carreira e quanto à minha vida.

Meu pai Florisvaldo, minha mãe Elaine, minha irmã Juliana e meu irmão Luciano, vocês são parte fundamental da minha vida, são meu orgulho e meu bem mais precioso. Obrigada por me ajudarem a chegar até aqui e por continuarem incentivando a minha caminhada.

À Professora Doutora Julia Trevisan Martins,

Por acreditar em mim e me apoiar na proposta deste trabalho. Por ser uma orientadora e profissional exemplar. Agradeço, principalmente, por estar ao meu lado me acolhendo e me ensinando em cada conversa, em cada encontro com belos e inquietantes conhecimentos e por me contagiar com o seu entusiasmo. Obrigada pela compreensão e paciência com o meu processo de amadurecimento intelectual. Obrigada pela dedicação, pelo apoio incondicional e por todas as oportunidades que você me proporcionou. Pode ter certeza que você me ensinou a apreciar e ter tanto amor pela linda profissão de ser docente e pesquisadora.

À Professora Doutora Maria Lucia do Carmo Cruz Robazzi,

Pela disposição em ensinar, em auxiliar, em ajudar no processo de construção do conhecimento. Em especial pela participação na banca com apontamentos imprescindíveis para o aprofundamento desta pesquisa. Agradeço pela sua competência como pesquisadora e por demonstrar o prazer imenso em compartilhar seus saberes com todos que estão à sua volta, você me ensinou que vale a pena investigar, buscar e enfrentar os desafios que surgem. Obrigada por tanta simplicidade, e cuidado no momento de ensinar, você é sem sombra de dúvidas de uma sabedoria que só os grandes mestres possuem. Além do que nos cativa como “colegas”.

À Professora Doutora Alexandrina Aparecida Maciel Cardelli,

Pela prontidão em participar de uma pesquisa tão importante para mim. Pela participação na banca com apontamentos e contribuições fundamentais. Por ser tão gentil nas suas sugestões, na maneira que dividir seus conhecimentos, mantendo a competência e cientificidade. Sua participação nesta investigação foi essencial para o enriquecimento dos meus saberes.

À Professora Doutora Maria do Carmo Lourenço Haddad,

Pelo incentivo nos meus estudos. Por se tornar mais que uma docente e coordenadora do mestrado. Obrigada por me aconselhar, partilhar seus conhecimentos, por confiar e acreditar em mim.

Á Professora Renata Perfeito Ribeiro,

Pelas valiosas contribuições tão coloridas, cuidadosas e de importância ímpar. Meus sinceros agradecimentos.

Aos queridos amigos,

Agradeço por estar sempre tão presente em minha vida, por compartilharem os mais diversos sentimentos sempre com muito carinho e preocupação que só uma família é capaz de proporcionar. Sou muito abençoada pelos amigos que construí e cultivei. Agradeço por estarem comigo em mais uma etapa concluída.

Aos Professores,

Agradeço por todos os ensinamentos e conhecimentos transmitidos com tanta sabedoria. Por me ensinarem a responsabilidade e a beleza de ser professora. Agradeço por ter tido a oportunidade de ser aluna de tantos professores admiráveis.

LIBERATTI, Vanessa Moraes. **Representações Sociais da aposentadoria para enfermeiros docentes do curso de enfermagem de uma universidade pública.** 132f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar as Representações Sociais da aposentadoria para enfermeiros docentes do curso de enfermagem da Universidade Estadual de Londrina. Trata-se de estudo de natureza qualitativa, com abordagem descritivo-exploratória, realizado com nove enfermeiras docentes do curso de graduação em enfermagem que se aposentaram após terem trabalhado na Universidade Estadual de Londrina (UEL). A coleta de dados ocorreu no período de setembro a dezembro de 2012, realizada por meio de entrevista e formulário, com roteiro de questões semiestruturadas, constituído de duas partes: a primeira, com questões objetivas concernentes ao perfil sociodemográfico dos pesquisados e a segunda com questões abertas relacionadas com a aposentadoria. As entrevistas foram gravadas e transcritas posteriormente. Para analisar os dados foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo e, como pressuposto teórico a Teoria das Representações Sociais. No que concerne ao perfil sociodemográfico das nove mulheres que fizeram parte desta pesquisa uma tinha 58 anos de idade, cinco entre 60 e 69 anos e três com mais de 70; uma viúva, seis casadas e duas solteiras. Com relação ao tempo de aposentadoria duas entre dois e quatro anos, cinco entre seis e dez anos e duas com quinze anos. Da análise das falas emergiram sete categorias de representação: de sentimentos ambíguos com a proximidade da aposentadoria; dos sentimentos iniciais com a aposentadoria; como oportunidade de fazer o que gosta e de aprender coisas novas; como oportunidade de melhorar os relacionamentos interpessoais; de sentimento de liberdade, de sentimento de missão cumprida; e de sentimento de frustração e tristeza pela falta de reconhecimento. Conclui-se que a aposentadoria apresentou sentimentos negativos tais como: algo da qual não tiveram opção, rotura da dinâmica pessoal e perda do espaço conquistado, mas, foi permeada também por sentimentos positivos como: possibilidade de concretizar sonhos, aumentar e melhorar o tempo de convívio com familiares e amigos, liberdade das tarefas obrigatórias, e concretização de um projeto de vida. Medidas devem ser tomadas pelos gestores da instituição na qual se realizou a pesquisa em relação à necessidade de implementações ou de aprimoramento de ações que promovam efetivamente o preparo para a aposentadoria. Enfatiza-se que este deve ter capacidade de propiciar significativamente uma percepção positiva sobre esta nova fase da vida, mostrando as possibilidades que este momento pode representar.

Palavras-chave: Aposentadoria. Saúde do trabalhador. Enfermagem. Docente.

LIBERATTI, Vanessa Moraes. **Social Representations of retirement for nurses of the nursing faculty at a public university.**132f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the social representations of retirement for nursing teachers of nursing from the State University of Londrina. This is a qualitative study with descriptive and exploratory approach, conducted with nine nurses teachers from undergraduate nursing who retired after working at the State University of Londrina (UEL). Data collection occurred from September to December 2012, conducted by interview and form, with semi-structured list of questions, comprised of two parts: the first, objective questions regarding the demographic profile of respondents and the second with open questions related to retirement. The interviews were recorded and later transcribed. To analyze the data we used the technique of content analysis and theoretical assumption as the Theory of Social Representations. Regarding the profile sociodemographics das nine women who took part in this research one was 58 years old, five between 60 and 69 years and three over 70, a widow, six married and two unmarried. Regarding the time of retirement two between two and four years, five between six and ten years and two fifteen. Analysis of discourses, seven categories of representation: ambiguous feelings with proximity to retirement; initial feelings about retirement, as an opportunity to do what they like and to learn new things, as an opportunity to improve interpersonal relationships, the feeling of freedom, sense of accomplishment, and the feeling of frustration and sadness at the lack of recognition. We conclude that for some retirement was something that had no option, retirement can be seen as a failure of personal dynamics, such as the possibility of realizing dreams, enhance and improve the time spent together, freedom of mandatory tasks, such as delivering a project life and how loss of conquered space. Thus, the retirement permeated by feelings of negative and positive. Measures should be taken by the managers of the institution where the research is conducted in relation to the need for implementations or enhancement actions that promote effectively prepare for retirement. Emphasizes that this should be capable of providing significantly positive perceptions about this new phase of life, showing the possibilities that this moment can represent .

Keywords: Retirement. Occupational health. Nursing. Professor.

LIBERATTI, Vanessa Moraes. **Representaciones sociales de la jubilación para las enfermeras de la facultad de enfermería de una universidad pública.**132f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo analizar las representaciones sociales de La jubilación de los profesores de enfermería de la Universidad Estatal de Londrina. Se trata de un estudio cualitativo con enfoque descriptivo y exploratorio, realizado con nueve enfermeras docentes de pregrado de enfermería que se retiro después de trabajar en la Universidad Estadual de Londrina (UEL). La recolección de datos tuvo lugar de septiembre a diciembre de 2012, realizado por entrevista y la forma, con la lista semi - estructurado de preguntas , compuesto de dos partes: La primera, preguntas objetivas sobre el perfil demográfico de los encuestados y el segundo con preguntas abiertas relacionados con jubilación. Las entrevistas fueron grabadas y posteriormente transcritas. Para analizar los datos se utilizó la técnica de análisis de contenido y el supuesto teórico de que la Teoría de las Representaciones Sociales. En cuanto al perfil sóciodemográfico das nueve mujeres que participaron en esta investigación uno tenía 58 años, cinco entre 60 y 69 años y tres más de 70 años, viuda, se casó seis y dos solteras. En cuanto al momento de la jubilación dos entre dos y cuatro años, cinco de entre seis y diez años y dos quince. El análisis de los discursos, siete categorías de representación: sentimientos ambiguos con La proximidad a la jubilación; sentimientos iniciales sobre la jubilación, como una oportunidad para hacer lo que les gusta y aprender cosas nuevas, como una oportunidad para mejorar las relaciones interpersonales, la sensación de libertad, sentido de logro, y el sentimiento de frustración y tristeza por la falta de reconocimiento. Llegamos a la conclusión de que para algunos de retiro era algo que no tenía opción, retiro puede ser visto como un fracaso de la dinámica personales, tales como la posibilidad de realizar sueños, aumentar y mejorar el tiempo que pasan juntos, la libertad de tareas obligatorias, tales como la entrega de un vida Del proyecto y cómo la pérdida del espacio conquistado. Por lo tanto, la retirada permeado por sentimientos de negativo y positivo. Las medidas deben ser tomadas por los directivos de la institución donde se realiza la investigación en relación con La necesidad de implementaciones o acciones de mejora que promuevan efectivamente preparan para la jubilación. Hace hincapié en que esto debe ser capaz de proporcionar una percepción significativamente positivos sobre esta nueva fase de la vida, mostrando las posibilidades que este momento puede representar.

Palabras clave: Jubilación. Salud ocupacional. Enfermería. Profesor.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	OBJETIVOS	18
2.1	OBJETIVO GERAL	19
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	19
3	PRESSUPOSTOTEÓRICO	20
3.1	O TRABALHO	21
3.2	A UNIVERSIDADE E O ENFERMEIRO DOCENTE	26
3.3	O ENVELHECIMENTO	36
3.4	A APOSENTADORIA	42
3.5	AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	58
4	MÉTODO	71
4.1	TIPO DE ESTUDO	72
4.2	LOCAL DE ESTUDO	72
4.3	PARTICIPANTES DO ESTUDO	74
4.4	COLETA DOS DADOS	75
4.5	ANÁLISE DOS DADOS	77
4.6	ASPECTOS ÉTICOS	79
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	81
5.1	ARTIGO 1	83
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
	REFERÊNCIAS	103
	APÊNDICES	121
	APÊNDICE 1 - FORMULÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO SÓCIO- DEMOGRÁFICO	122
	APÊNDICE 2 - ROTEIRO SEMIESTRUTURADO/ENTREVISTA	123

Apêndice 3 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	124
ANEXOS	125
Anexo 1 - Parecer do Comitê de Ética	126
ANEXO 2 -NORMAS DE PUBLICAÇÃO DA REVISTA INTERFACE.....	127

1 Introdução

O trabalho é tido para muitos como principal atividade do ser humano, como regulador da sua vida, sendo considerado como um dos aspectos mais relevantes da identidade individual, tal como o próprio nome, o sexo e a nacionalidade; culturalmente, o papel profissional é um dos pilares fundamentais da auto-estima, identidade e senso de utilidade (MAGALHÃES et al, 2004).

O labor também é importante para a construção do ser social, visto que, o homem produz-se e reproduz-se pelo trabalho. É por meio do cotidiano laboral que ele se torna ser social e isto é o que o diferencia de outras espécies (ANTUNES, 2005).

Desta forma, quando o indivíduo se aposenta dá-se início a uma nova fase em sua vida, propiciadora de várias mudanças que podem ser de natureza, física, psíquica, social, mental, dentre outras. Estas mudanças podem favorecer a perda de parte da identidade pessoal como ser social, considerando-se que ainda é um período no qual se enfrenta a questão do envelhecimento (RODRIGUES et al, 2005).

Etimologicamente, aposentar-se vem do verbo latino intransitivo *pausare*, que significa pousar, parar, cessar, descansar. Corresponde, em francês, ao verbo *retirer* ou *retraiter*, cujo sentido é retirar-se, isolar-se, recolher-se em casa, e, em inglês, ao verbo *to retire*: ir embora, recolher-se. Na língua portuguesa, encontram-se algumas definições tais como: que obteve aposentadoria, que deixou de trabalhar por falta de saúde ou por ter atingido determinado limite de idade; que não é mais utilizado, que perde a serventia ou que está alojado em um aposento (VASCONCELOS FILHO, 2007).

1. Introdução

A aposentadoria pode ser uma etapa de vida tão significativa e prazerosa como as vivenciadas no trabalho, desde que haja a possibilidade do desenvolvimento pessoal, preservando-se a autoestima e a identidade, desvinculando-se da concepção de que só há prazer quando se está inserido no mundo do trabalho (SOARES et al, 2007). Por outro lado, para aqueles que vivenciam a época do trabalho com sofrimento a aposentadoria pode representar uma oportunidade de novas possibilidades (BOTH; CARLOS, 2005).

Ressalta-se que o papel de trabalhador, como construção da identidade pessoal, pode-se romper com a saída do mundo do trabalho. Assim, é de fundamental importância uma reorganização do projeto de vida e de sua identidade, visto que a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea confere uma perspectiva de exclusão social para aqueles em situação de aposentadoria (SILVA 1999).

Com essa concepção, infere-se que estar aposentado tem uma forte conotação de deixar de ser útil, ou seja, o indivíduo aposentado é aquele que deixa de participar de atividades consideradas importantes para a sociedade e para ele próprio.

Enfatiza-se que ao se aposentar as pessoas vêm-se diante de uma série de adaptações que precisam ser realizadas, pois até então, o indivíduo organizava sua rotina diária, com horários e relacionamentos sociais em função do seu trabalho (RODRIGUES et al, 2005).

É significativo o número de pessoas que temem a aposentadoria, pois ela provoca diversas mudanças, alterando o ambiente familiar e afastando o indivíduo do convívio habitual do trabalho e da sua rotina (NOVO; FOLHA, 2010).

Assim, a aposentadoria pode desencadear sentimentos aversivos, afetando a qualidade desse período tão importante para o ser humano. Isso pode acontecer devido à falta de planejamento, seja do futuro, da aposentadoria e conseqüentemente, do envelhecimento. Ainda tal situação é susceptível de ocorrer pela falta de consciência da necessidade de planejamento, ou pela crença de que não há como intervir no futuro. Configura-se assim, como um estilo negativista, no qual o indivíduo encontra dificuldade em se adaptar a essa nova fase da vida, podendo se sentir angustiado, deprimido, infeliz ou só (RODRIGUES et al, 2005).

Já para os que tiveram a oportunidade de planejar a sua aposentaria com maior tranquilidade, essa nova fase pode ser enfrentada com um período para realizar um balanço de sua vida, de despertar para novas possibilidades, seguidas por um recomeço ou otimização da vida, significando viver esta nova condição com qualidade de vida, com prazer e satisfação (CAMARANO, 2001).

Em estudo realizado na Índia com o objetivo de verificar os efeitos do *status* do trabalho, do ajuste social e da satisfação com a vida, entre 96 homens aposentados empregados e 164 homens aposentados desempregados (entre 55 e 85 anos), os resultados revelaram que não há diferença significativa entre o ajuste pessoal nos dois grupos, mas o ajuste social foi significativamente mais alto no grupo dos aposentados empregados (JAYASHREE, RAO; 1991).

São escassos os estudos a respeito dessa temática, porém para aqueles aposentados que ainda desejam continuar inseridos no mercado de trabalho, seja por conta do vínculo social, da satisfação ou da questão econômica, recomenda-se que o trabalho pós-aposentadoria seja realizado em regime de meio-período, de forma que essas pessoas tenham oportunidade de equilibrar o seu

tempo livre para o lazer, o voluntariado e/ ou outras atividades que lhes dêem prazer (KIM; FELDMAN, 2000). Inclusive há a reorientação profissional (RP), que se assemelha a orientação profissional (OP), que tem por objetivo auxiliaras pessoas a escolherem uma profissão. Na reorientação busca-se, com a pessoa, identificar uma nova profissão auxiliando ou reorientando a compreensão de suas escolhas anteriores e visualizando os motivos pelos quais se decidiu pelas preferências feitas, além de localizar onde reside sua insatisfação com a primeira escolha (GARCIA, 2006).

Em banco de dados do *Survey of health, aging and retirement in Europe* (Share), que abarca 11 países europeus e contêm informações de 27 mil pessoas com idade acima de cinquenta anos, demonstrou-se que é fundamental a realização de pesquisas constantes visando a compreensão do bem estar, físico e psicossocial do aposentado (SUPAN et al, 2005).

Diante das considerações anteriores, e cientes da escassez de estudos com aposentados questiona-se? - O que representa estar aposentado para os enfermeiros docentes do curso de enfermagem da Universidade Estadual de Londrina (UEL)? Que sentimentos vivenciaram após sua aposentadoria?

Tais indagações surgiram nas aulas de mestrado por meio de leituras de diversos textos e da apresentação de colegas de propostas de pesquisa sobre os sentimentos vivenciados com fase de pré-aposentadoria e tornou-se fator motivador para o desenvolvimento deste estudo.

O interesse na presente investigação também está relacionado ao conhecimento sobre a Política Nacional do Idoso, por meio da Lei nº. 8842 de 1994, que propõe a criação e a manutenção de Programas de Preparação para

Aposentadoria (PPA) nos setores públicos e privado com antecedência mínima de dois anos antes do afastamento (BRASIL, 1994).

Além disso, as projeções indicam que em 2020 o Brasil será o sexto país do mundo em número de idosos e por consequência de aposentados com um contingente superior a 30 milhões de pessoas, o que resultará em implicações de ordem demográfica, econômica e social, tanto na alteração de vida dos indivíduos e das estruturas familiares, como nas mudanças da composição da força de trabalho (CARVALHO, GARCIA, 2003; KRELING, 2007).

Assim sendo, acredita-se que revelar as Representações Sociais sobre a aposentadoria para os enfermeiros docentes de enfermagem pode contribuir com os gestores desses e outros profissionais para que planejem ações aos trabalhadores que visem à sua preparação para a compreensão e enfrentamento das mudanças advindas com essa nova fase de vida e, assim, contribuir com a promoção e prevenção de agravos à saúde desses trabalhadores, bem como em relação a outros aspectos envolvidos com a aposentadoria.

2 Objetivos

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as Representações Sociais da aposentadoria para enfermeiros docentes do curso de graduação em enfermagem da Universidade Estadual de Londrina.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar sociodemograficamente os enfermeiros docentes aposentados quanto a: idade, sexo, tempo de aposentadoria, estado civil e tempo de serviço na Universidade Estadual de Londrina;
- Identificar os sentimentos vivenciados pelos enfermeiros docentes com a aposentadoria.

3 Pressuposto Teórico

3.1 O TRABALHO

O trabalho é fundamental para o ser humano, assim como a fala, a capacidade de pensar, de usar sua força e inteligência. É também por seu meio que o homem é diferente dos demais animais (MARX, 1998).

Etimologicamente o termo trabalho, está ligado ao conjunto de esforços para obter ou produzir um bem ou um serviço com fim específico, está associado à palavra *tortura* no latim; *emprego* (do latim *implacare*: comprometer alguém em algo) é uma atividade específica do trabalho, em que há uma relação formalmente estabelecida entre empregador e empregado, em troca de recompensas financeiras ou materiais (OLIVEIRA, 2008).

O significado e o valor atribuído ao labor modificam de pessoa para pessoa, de culturas e épocas (RIBEIRO e SMEHA, 2009). Esse fato fica evidenciado ao longo da história, em que é possível identificar que o trabalho adquiriu diferentes significados, sendo possível afirmar que os fatores contributivos para essa transformação, foram de ordem: sóciodemográficas, políticas, econômicas e culturais (VEIGA, FERNANDES, PAIVA, 2011).

A filosofia clássica entendia o trabalho como degradante, inferior e desgastante, competindo aos escravos a sua execução e sob um poder baseado na força e na coerção. Aristóteles entendia a escravidão como um fenômeno natural e, para Platão, o cidadão devia ser poupado do trabalho, pois a política, atividade superior, não era considerada trabalho, porém com o passar dos séculos esta ideia foi sendo modificada (ZANELLI et al, 2004).

Ainda, o significado de trabalho pode ser valorizado ou não dependendo do estilo de vida, do poder socioeconômico, da área de atuação profissional e do tempo de exercício profissional (MORESCO; STAMOU, 2004).

O sistema que envolve o labor e o capitalismo é imbuído de uma ideologia incisiva e forte, trás concepções de que só existe racionalidade nas leis de mercado e de que só há felicidade na competição e no sucesso de quem a vence, propaga-se que o trabalho é uma virtude que dignifica o homem e que não trabalhar é um vício entendido como preguiça e malandragem (CHAUI, 2001).

Assim, para se compreender a importância e o papel do trabalho para o ser humano, é necessário entender o que ele representa, o que significa e qual percepção a respeito do mesmo. Há também outros fatores que interferem diretamente na forma com que o trabalho é concebido, devido às transformações e evolução na organização e nos diversos processos laborais (BULLA, KAEFER; 2003).

A forma com que cada pessoa trabalha é distinta, existem indivíduos que trabalham no mesmo local e ocupam a mesma função, isto demonstra que cada ser humano tem uma capacidade; cada um trás consigo conceitos que fazem parte do seu contexto social, histórico, político, da sua cultura e de sua formação (BULLA, KAEFER;2003).

O trabalho tem grande importância para o homem, em relação ao seu valor social e à sua influência de ordem psíquica, ele se configura como um pilar fundamental na constituição humana e é parte essencial da identidade do homem. O labor é considerado mais do que a própria ação de trabalhar ou de vender a sua

força laboral em busca de salários; é fator de integração a determinado grupo com alguns direitos sociais (LANCKMAN, et al 2003).

O grande valor atribuído ao trabalho, também é possível de ser identificado na legislação nacional, por meio da Constituição brasileira de 1988 no título VII – Da ordem social – capítulo I, artigo 193, que estabelece o seguinte referencial: “A ordem social tem como base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais” (BRASIL, 1988, p.70).

Na atualidade, o trabalho ainda tem sido considerado essencial para o homem, pois sem trabalhar, ele não pode dispor de recursos financeiros e conseqüentemente, terá dificuldades para sobreviver (SOUZA et al, 2010).

As sociedades capitalistas supervalorizam o trabalho na vida dos seres humanos e, quando este deixa de ser vivenciado pela aposentadoria ou pelo desemprego, compromete a qualidade do envelhecimento/velhice do indivíduo, principalmente se lhe faltarem habilidades e condições (individuais, sociais e econômicas) para incorporar e priorizar outras atividades e valores em sua vida (SOUZA, 2010).

Também na sociedade capitalista ter uma profissão faz parte do desejo da maioria dos pais em relação aos filhos, que desde pequenos são questionados sobre o que serão quando crescerem, sendo que a posição a ser ocupada no trabalho indica o grau de sucesso, responsabilidade, desafio pessoal e êxito social, representando reconhecimento, utilidade social, e satisfação pessoal (OLIVEIRA, 2008).

Ainda nas sociedades capitalistas e com as transformações ocorridas na sociedade contemporânea o trabalho passa a significar dignidade, a

pessoa que não trabalha passa a ser vista de forma pejorativa pelos demais. O capitalismo faz com que as pessoas acreditem que trabalhar é uma consequência natural e inevitável na vida, que é um dever social e moral, assim ele é visto como o cerne do processo identitário (MOURÃO, ANDRADE, 2001).

Desta forma, o trabalho adquire fortemente o significado da vida, pois a pessoa é vista pela sua ocupação, pelo seu local de trabalho e pelo cargo que exerce, sendo que o sucesso e a satisfação laboral reafirmam a auto-estima e o senso de identidade (VRIES, 2003).

Assim sendo, como é executado e como está organizado o labor pode influenciar a maneira de ser e de viver do homem, ou seja, pode se configurar como oportunidades de crescimento e de vivências de sentimentos diversos como prazer, sofrimento, satisfação, insatisfação, alegria, decepção, ansiedade, de sentimentos de serviços úteis prestados a sociedade, dentre outros (DEJOURS, 2004; MORAES, 2012).

Quando o trabalho é organizado de tal forma que permite liberdade por meio de diálogo, negociação, que dá importância as ideias e sugestões do trabalhador, o ambiente de trabalho torna-se muito mais atrativo, proporciona muito mais satisfação e prazer (DEJOURS; ABDOUCHELI; JAYET, 2011).

É fato que as vivências do prazer estão relacionadas aos fatores como: realização de uma tarefa significativa para si próprio, para a instituição e também para a sociedade; o uso da criatividade; a possibilidade de se expressar; a flexibilidade na organização do trabalho e o reconhecimento (MARTINS; ROBAZZI, 2012).

Ainda dentre as mais diversas influências que o labor exerce na vida do homem, destaca-se os imbuídos de aspectos subjetivos que muitas vezes não se levam em consideração, mas que influenciam diretamente a saúde física, mental e social do homem (MARTINS; ROBAZZI; PLATH, 2007).

Enfatiza-se que o trabalho é tido muitas vezes como à identidade do ser humano, assim como o próprio nome, pois quando se conhece uma pessoa é comum se perguntar “O que você faz?”, “Onde você trabalha?” (MAGALHÃES et al, 2005). Porém essa é uma ideia equivocada, pois a identidade profissional deveria apenas fazer parte da identidade humana (DUBAR, 2005 e BOHOSLAVKY, 2003).

Há que se destacar ainda que o mundo globalizado provocou inúmeras transformações sociais e econômicas que acabaram afetando a relação do homem com o trabalho; observa-se uma busca cada vez maior por aumento da produtividade, porém, agregada a um baixo custo de produção, com a finalidade de se conseguir produtos cada vez mais competitivos no mundo capitalista. Devido a essas, entre outras tantas exigências, ocorre aumento do ritmo e da sobrecarga de trabalho, o que pode gerar insatisfação dos trabalhadores ao desenvolver suas atividades, interferindo assim no seu processo saúde e doença (SILVA et al, 2009).

O trabalho é algo que na grande maioria das vezes está presente na vida do homem, desde a sua formação, quando ele se prepara para o seu futuro trabalho e, mesmo quando se aposenta, pois a qualidade da sua vida é consequência de como foram vividas as suas fases anteriores de vida (ZANELLI, 2010).

Apesar de o trabalho representar o alicerce para muitas pessoas e servir como identidade social, apresenta uma complexa conotação dialética, pois a

necessidade de trabalhar é acompanhada pela negação de querer trabalhar. Assim, o homem ocidental em geral trabalha para não trabalhar, ou seja, constrói sua vida para trabalhar o menor tempo possível e alcançar uma aposentadoria em condições sociais, psicológicas e econômicas que sustentem sua concepção de vida digna e com qualidade (OLIVEIRA, 2008).

Ressalta-se que o papel de trabalhador, como construção da identidade pessoal, pode-se romper com a saída do mundo do trabalho. Assim, é de fundamental importância uma reorganização do projeto de vida e de sua identidade, visto que a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea confere uma perspectiva de exclusão social para aqueles em situação de aposentadoria (SILVA 1999).

3.2 A Universidade e o Enfermeiro Docente

Ensinar é uma atividade complexa permeada de múltiplos fatores, igualmente intrincados (BEJARANO, 2001). Nela, é grande a responsabilidade do docente, para que o processo de ensino e aprendizagem seja efetivo e significativo.

É desejável que o docente assuma o papel de mediador do processo ensino-aprendizagem, de forma que os alunos ampliem suas possibilidades humanas de conhecer, duvidar e interagir com o mundo por meio de uma nova maneira de educar, e não seja, somente, o detentor de todo o saber, repassando apenas conteúdos expositivos e teóricos aos alunos (RODRIGUES; MENDES, 2006).

O ensino não é mais como tempos atrás, passou por profundas transformações. Como consequência, o professor também se viu impulsionado a

efetuar mudanças passando a ser um coordenador, um facilitador do processo de ensino-aprendizagem (CARLOTTO, 2003). Essas transformações pressupõem um imenso desafio pessoal em relação aos educadores que se propõem a responder às novas expectativas do paradigma da educação progressista e crítico-social (BUENO; MOKWA, 2007).

Destaca-se ainda que o trabalho docente é uma forma de intervir na realidade social e, portanto, uma prática social (PIMENTA, ANASTASIOU, 2011). Como tal, só pode ser apreendida e compreendida se analisada em sua relação com o contexto institucional no qual está inserida (MOROSINI, 2000).

Desde o início os educadores foram diferenciados em relação aos outros trabalhadores, por exercerem um trabalho intelectualizado. Entretanto, o *status* da docência e de outras profissões vem declinando nos últimos anos, o que tem contribuído para insatisfação no trabalho (CARLOTTO, 2002; GARCIA; BENEVIDES-PEREIRA, 2003).

A profissão docente esta entre aquelas que trabalham com pessoas, com suas potencialidades, fragilidades e singularidades. Por essa razão, o sucesso do empreendimento educativo nunca estará assegurado, uma vez que em tais profissões sempre há mudanças, ambiguidades, conflitos, opacidades e mecanismos de defesa (CARLOTTO, 2002).

Enfatiza-se, que o ensino é uma prática social que se constrói na relação professor-estudante e reflete os valores sociais e culturais dos contextos aos quais esses sujeitos pertencem. Neste sentido, a prática docente tem um sentido alargado, pois não se limita ao que acontece em sala de aula (LEONELLO, 2012).

É relevante abordar que há a necessidade de formação de profissionais flexíveis e críticos, aptos para a inserção em diferentes setores trabalhistas da sociedade brasileira (FREIRE, 2002).

Uma das competências específicas para a docência superior é o domínio na área pedagógica. É essencial que se domine, no mínimo, quatro eixos do processo ensino-aprendizagem: conceito de processo ensino-aprendizagem; o professor como conceptor e gestor do currículo; a compreensão da relação professor-aluno e aluno- aluno no processo e a teoria e prática básicas da tecnologia educacional (MASETTO, 2001).

Vasconcelos (2002) considera o trabalho exercido pelos professores, fortemente ligado às características de personalidade, motivação e vocação, de modo que o indivíduo abraça essa carreira, sem reconhecer as competências de que dispõe para exercer uma profissão como outro qualquer.

Essa complexa profissão exige dedicação, responsabilidade e reflexão sobre sua própria prática pedagógica. Na medida em que tenha clareza sobre seus projetos e ideias, isso aumenta suas possibilidades de ser um profissional consciente e comprometido ao assumir o seu importante papel de colaborar e transformar o ensino-aprendizagem (GIMENO SACRISTÁN; PÉREZ GÓMEZ, 2000).

Ressalta-se, que o papel do professor tem extrapolado a mediação do processo de conhecimento do aluno. Ampliou-se a missão do profissional para além dos muros da universidade, a fim de garantir uma efetiva articulação com a comunidade. Assim, além de ensinar, deve participar da gestão e do planejamento de todas as atividades acadêmicas o que significa uma dedicação mais ampla, ou

até mesmo exclusiva, a qual se estende às famílias e à comunidade (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005). Para tanto, o docente e o ensino, constituindo-se como objeto de diferentes saberes, não devem se limitar a produzir conhecimentos, mas também incorporá-los à sua prática. Dessa forma, esse profissional confirma o seu aprendizado e desempenha a sua função de modo transformador (TARDIF, 2002).

A prática profissional do docente é também considerada intelectual e autônoma, não meramente técnica. É um processo de ação e reflexão cooperativa, de indagação e experimentação, no qual o professor aprende a ensinar e ensina porque aprende, intervém para facilitar (e não para impor nem substituir a compreensão dos alunos) e reconstrói de seu conhecimento experiencial e, ao refletir sobre sua intervenção, exerce e desenvolve a sua própria compreensão (GIMENO SACRISTÁN; PERÉZ GOMÉZ, 2000).

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n. 9.394/96, nos seus artigos 12, 13 e 14, dispõe sobre as competências dos estabelecimentos de ensino e dos docentes e, ainda, sobre a gestão democrática, reforçando tais tendências e demonstrando que no plano legal o trabalho docente não se restringe à sala de aula, mas que ele contempla ainda as relações com a comunidade, a gestão da escola, o planejamento do projeto pedagógico, a participação nos conselhos, entre outras funções (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009).

Além das atividades cotidianas, os docentes universitários somam outras atividades como participação em comissões, consultoria e assessorias, a pressão institucional por rendimento e a melhoria na formação do aluno, a aprendizagem de novos recursos tecnológicos, a submissão às normas e regras técnicas da própria

instituição e de ensino governamental, entre outras (GARCIA; BENEVIDES-PEREIRA, 2003). Além disso, existem as demandas e pressões externas advindas da família, do ambiente, do meio social, do trabalho e das universidades (WEBLER; RISTOW, 2006).

Lipp (2002) destaca que a pressão exercida aos docentes pelas universidades torna-se mais aguda para os professores pesquisadores mais experientes, que gerenciam projetos de pesquisa de ponta de longa duração. Esses projetos duram frequentemente três ou quatro anos e seus dados só são analisados em sua plenitude no fim do período. A necessidade de publicar vários artigos por ano acaba desviando o pesquisador do projeto principal para poder desenvolver outros projetos menores e ter dados para realizar essa publicação.

Para Dejours (2003) e Oliveira (2006) a docência pode ser uma profissão de sofrimento e, que se torna uma atividade estressante. Assim, os desgastes físicos e mentais, ocasionados pelas enormes exigências que os docentes enfrentam, pelas cobranças com as atividades acadêmicas e científicas, como ensino, pesquisa, extensão e de gestão, podem gerar insatisfações e, pela burocracia na gestão institucional, podem trazer impactos ao bem-estar e à saúde, além de afetar o desempenho profissional.

Outra característica observada refere-se à organização das atividades desenvolvidas, observando-se certo grau de flexibilização e a intensificação das tarefas. O professor é responsável não apenas pelo ensino, extensão e pesquisa, mas também pelo desdobramento dessas atividades, como a coordenação de disciplinas/módulos, seu planejamento, desenvolvimento e avaliação, a captação de recursos e o gerenciamento de projetos de pesquisa, a emissão de pareceres,

dentre outros aspectos. Soma-se a isso, a intensificação de algumas atividades administrativas que sobrecarregam, ainda mais, o trabalho docente (MANCEBO, 2007).

Um estudo desenvolvido com a finalidade de analisar os aspectos negativos do ser docente identificou o *déficit* de conhecimentos do aluno ingressante, o *déficit* de recursos para o ensino e a extensão, a pesquisa em detrimento do ensino de graduação, a sobrecarga de trabalho, o baixo salário e a instabilidade no emprego como aspectos que colaboram para as vivências de sentimentos negativos de ser docente (FERREIRA, 2010).

Assim sendo, é fundamental que os gestores preocupem-se com a saúde dos docentes, pois o que se tem observado é um desgaste físico e mental, em virtude das excessivas atividades acadêmicas e científicas, como o ensino, a pesquisa, a extensão e as atividades administrativas com que se defrontam (CORRAL-MULATO, 2008).

Corroboram com esta observação Assunção e Oliveira (2009), ao afirmarem que executar outras tarefas durante o curso da ação principal, atender ao aluno individualmente, controlar a turma coletivamente, preencher múltiplos instrumentos e formulários de controle são dimensões da intensificação do trabalho que implicam na saúde desse profissional. Assim, situações de sobreposição de tarefas podem explicar o cansaço físico, vocal e mental do docente.

É fato que nas últimas décadas, os registros de licenças do trabalho por motivos de saúde na categoria dos professores, em diferentes países, intensificaram com maior prevalência de distúrbios mentais quando comparados com os outros

grupos de doenças comunicadas nas declarações médicas (ASSUNÇÃO, 2003). A instabilidade no emprego, principalmente nas universidades privadas, também traz modificação no perfil de adoecimento e de sofrimento dos trabalhadores, podendo ocorrer aumento da prevalência de doenças relacionadas ao trabalho e elevado índice de absenteísmo por doença (BRASIL, 2001; GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005).

Cabe salientar que o Brasil é o terceiro país a pagar os piores salários aos professores. Assim, a baixa remuneração resulta na necessidade de se buscar vários empregos e decorre daí longas jornadas de trabalho que podem chegar a ocupar os três turnos, o que acaba acarretando em prejuízo para os docentes, alunos e Instituições (EBISUI, 2004).

Em relação ao do ensino de Enfermagem no país, observa-se que só ocorreu 82 anos após a criação das primeiras escolas de ensino superior no Brasil, com a criação da Escola Profissional de Enfermeiros, em 1890, no Hospício Nacional de Alienados, no município do Rio de Janeiro. E a primeira escola com organização administrativa e docente assumida por enfermeiras surgiu somente no ano de 1923, com a criação da Escola de Enfermeiras Profissionais do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) que, a partir de 1926, passou a se chamar Escola de Enfermeiras Ana Néri e, atualmente, Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FERREIRA, 2010).

No processo de trabalho docente, os agentes são os professores do ensino superior em Enfermagem, cujo objeto de trabalho é outro ser humano, ou seja, o estudante de enfermagem, mais especificamente seus conhecimentos, habilidades e atitudes. Os instrumentos representam todo o arsenal, material ou intelectual, do

3. Pressuposto Teórico

qual os docentes lançam mão para intervir/agir com esse sujeito-estudante (LEONELLO, 2012).

A formação do docente em Enfermagem deve ser consolidada com base no domínio de conhecimentos científicos e na atuação investigativa no processo de ensinar e aprender, recriando situações de aprendizagem por investigação do conhecimento de forma coletiva com o propósito de valorizar a avaliação diagnóstica dentro do universo cognitivo e cultural dos acadêmicos como processos interativos (RODRIGUES; MENDES, 2006).

O professor de graduação em Enfermagem deve ter competência técnico-científica, competência didático-pedagógica, deve ser capaz de assimilar e exercitar também os saberes da tradição pedagógica e, aliada a esses saberes, deve possuir uma competência cultural, que o capacite para refletir e discutir com os alunos, ser autêntico, administrar e mediar à aprendizagem dos alunos (ROSEMBERG, 2002).

Em estudo realizado no estado de São Paulo com docentes de Enfermagem de diferentes instituições de ensino superior identificou-se que os entrevistados sentem que o trabalho docente está se tornando cada vez mais individual, ou seja, menos coletivo, além do que existe uma pressão muito grande para produzir cada vez mais conhecimento, isto é, pesquisas e mais pesquisas, desencadeando sentimentos de sofrimento e de insatisfação que podem levar ao estresse (LEONELLO, 2012).

Leonello (2012) coloca ainda que no contexto acadêmico dos professores de graduação em enfermagem, devido à pesquisa estar sendo supervalorizada, os que as privilegiam acabam sendo mais valorizados ou reconhecidos

3. Pressuposto Teórico

institucionalmente. Esse valor está associado ao volume/quantidade que o docente publica e em que periódico publica e são inúmeras as avaliações internas e externas neste aspecto. Enfatiza-se que os docentes se vêm pressionados pela dificuldade em transformar as pesquisas em publicação da forma como é exigida pelos órgãos avaliadores, em decorrência da elevada carga de trabalho.

Entretanto, o trabalho como enfermeiro docente pode também proporcionar muita satisfação e prazer. Em estudo desenvolvido com professores de graduação em Enfermagem identificou vivências de satisfações relacionadas com: o gostar de ensinar, a busca por novos conhecimentos, a relação entre os pares, a relação professor-aluno, o ser reconhecido, o interesse do aluno pelo aprendizado e o desenvolvimento do aluno (FERREIRA, 2010).

Por outro lado, é fato que existe uma série de fatores associada ao lado negativo e a insatisfação do trabalho do enfermeiro como docente, até porque nenhum trabalho é isento de sentimentos de prazer e de sofrimento, de satisfação e insatisfação, de alegrias e tristeza, dentre outros fatores.

A universidade exerce um importante papel social e na propagação de todos os tipos de conhecimentos. Visando à construção do conhecimento científico e de formas de interação com a prática mediante condições que estimulam a reflexão, a capacidade de observação, a análise crítica e a resolução de problemas, possibilitando a autonomia de ideias e a formulação de pressupostos (SILVA; CAMILLO, 2007; FREIRE, 2003). O papel essencial da universidade está na produção de valores humanos e na formação de consciência para a construção da civilização humana (CONSOLARO, 2000).

3. Pressuposto Teórico

O papel social da universidade ou do ensino superior é preparar profissionais tecnicamente capazes de cumprir os desafios da modernidade, sem perder de vista as perspectivas de uma educação que atenda às demandas sociais da população, possibilitando uma realidade mais igualitária e humana (CONSOLARO, 2000).

No final da década de 80 e em parte da década de 90, o ritmo de expansão de criação de universidades públicas brasileiras foi muito pequeno, porém houve uma política de abertura de Instituições de Ensino Superior (IES) particulares (ROSSATO, 1998). Constata-se que a rede de ensino superior brasileira é predominantemente privada, contrariamente ao que ocorria no final da década de 50. Isso se deve à política traçada e implementada pelo Estado, que vem legitimando esse procedimento, por meio de autorizações e reconhecimento do processo de privatização do ensino superior (DAL RI, 2001).

No governo do presidente Luiz Inácio da Silva Lula reconheceu-se papel estratégico das universidades, em especial as do setor público, para o desenvolvimento econômico e social. Assim sendo, adotou-se uma série de medidas com o objetivo de expandir a oferta de ensino superior, principalmente o de caráter público. Porém, as propostas de “expansão” não se limitaram, às criações de novas universidades públicas e novos “campi”, mas incluem também a ampliação do acesso nas instituições privadas por meio do PROUNI (MICHELOTTO, COELHO, ZAINKO; 2006)

O ensino nas universidades tem três finalidades básicas: o ensino, a pesquisa e a extensão, sendo que este ensino exerce grande influência sobre a sociedade, em todos os seus aspectos, e também é influenciado e determinado por condições históricas e sociais. Por isso, ao dimensionar a questão do ensino superior brasileiro,

faz-se necessário considerar os aspectos que o distinguem dos demais sistemas que compõem o campo educacional (LEONELLO, 2012).

Para que cumpram suas finalidades de ensino, pesquisa e extensão, as universidades precisam ter um processo de trabalho organizado. Na comunidade universitária do Brasil, três segmentos organizam esse processo laboral: os funcionários docentes e os não docentes, bem como os alunos e é por meio dessa organização que a universidade se estrutura e desenvolve o seu processo de trabalho (MINGUILI, 1996).

Por conta de todos esses fatores, desses sentimentos de satisfação e insatisfação, muitos enfermeiros docentes vivem uma ambivalência entre sentir que seu trabalho é instigante, mas também pensam constantemente em se aposentar (LEONELLO, 2012).

3.3 O ENVELHECIMENTO

Os últimos anos têm sido marcados por profundas transformações no plano político, econômico, social e cultural. A cada dia surgem novas tecnologias e novas informações que repercutem na atividade do homem e que contribuem para o aumento da longevidade humana. Esse aumento na expectativa de vida é reconhecido como uma das principais conquistas sociais do século passado, mas reconhece-se, também, que traz consigo grandes desafios para as políticas sociais como a assistência social, aposentadoria, saúde, previdência social, entre outras, e estão entre as principais questões do debate político brasileiro (ALENCAR, 2007).

Denota-se que se têm constituído como um grande desafio

assegurar que o desenvolvimento econômico e social ocorra de forma contínua, com base em princípios capazes de garantir um patamar econômico mínimo para a manutenção da dignidade humana, a equidade entre os grupos etários, a divisão dos recursos, os direitos e responsabilidades sociais, principalmente para a população idosa ou em processo de envelhecimento (CAMARANO, 2004).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) evidencia que o envelhecimento populacional é considerado uma das maiores conquistas da humanidade e representa um êxito das políticas de saúde pública e social. Porém, não se pode esquecer que mais importante do que ter a vida prolongada é envelhecer com qualidade de vida (ALENCAR, 2007).

É fato que o envelhecimento populacional ocorreu inicialmente nos países desenvolvidos no início do século XX e nos países em desenvolvimento, como o Brasil, tornou-se marcante a partir da década de 50, transformando-se em um fenômeno contínuo, complexo e amplo que atinge os mais diversos setores e esferas do governo (ALENCAR, 2007).

A sociedade brasileira ainda pode ser considerada jovem, porém destaca-se que o envelhecimento populacional vem ocorrendo de forma diferenciada devido às desigualdades socioeconômicas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, 2010). Além disso, representa um desafio gerado pelas demandas sociais e econômicas, principalmente da previdência e da assistência à saúde que ocasiona significativo impacto na política financeira, fazendo com que as questões ligadas à maior expectativa de vida levem à construção de uma importante mudança na conduta social (ALENCAR, 2007).

Peres (2007) afirma que às vezes não é possível fazer uma relação direta entre a aposentadoria e a velhice, pois muitas pessoas aposentam-se antes de completarem 60 anos, porém essa relação existe e é utilizada como um dos critérios que definem essa etapa da vida.

O envelhecimento é um processo natural, subjetivo que se inicia com o nascer e evolui até a morte; é um processo da vida, que ocorre sem o desejo pessoal e que nem sempre é percebido, sendo que a identificação da velhice depende de uma série de fatores que inclui o contexto sociocultural que o sujeito esta inserido, a classificação do estereótipo de ser velho e a época em que se esta vivenciando (PERES, 2007; MINAYO, 2002 e BRETAS, 1997).

Assim, o envelhecimento não é um processo homogêneo e qualidade dessa nova fase, é singular, subjetivo e sofre influência do contexto histórico, social, econômico, político e cultural em que o indivíduo esta inserido (PERES, 2007; MINAYO, 2007).

Envelhecer significa estar permanentemente trilhando novos caminhos, novos horizontes, é um confrontar com novas exigências, na qual é preciso desenvolver atitudes psicológicas que levem a superar as dificuldades e conflitos integrando limites e possibilidades (NOVAES, 2000).

Assim sendo, a forma com que o processo de envelhecimento é sentido e vivenciado depende de diversos fatores. Ao analisar a obra do filósofo e poeta egípcio Ptah-Hotep de 2.500 a.C., fica revelado que ele vivenciou o processo de envelhecimento e a velhice com muita dificuldade ao afirmar que: era penosa a vida do ancião, a pessoa vai se enfraquecendo dia-a-dia, a visão torna-se cada vez mais baixa, os ouvidos ficam surdos, a força declina, o corpo não encontra repouso,

a boca se torna silenciosa e já não fala; enfatiza que a velhice é a pior desgraça que pode acontecer a um homem (SANTOS, 2001).

Já para Homero o processo de envelhecimento estava associado à sabedoria. Sólon comentava que com o avançar em anos aprendia mais e mais. Dizia ainda Sócrates, que para os homens prudentes e bem preparados, a velhice não constituiria em fardo. Platão, afirmava que a velhice faz surgir nos seres humanos um imenso sentimento de paz e sensação de liberdade (SANTOS, 2001).

O processo do envelhecimento e da aposentadoria vem ganhando visibilidade dia a dia e tem despertado interesses em várias áreas das ciências sociais; esses interesses foram motivados pelo prolongamento da expectativa de vida da população e, conseqüentemente, pelo crescimento do número de pessoas com 60 anos e mais em todo o mundo (ALENCAR, 2007).

A velhice pode ser entendida como: velhice cronológica, funcional e etapa vital. A cronológica dá-se quando o indivíduo atinge os sessenta e cinco anos, frequentemente é utilizada por demógrafos, considerando-se que todas as pessoas nascidas no mesmo ano têm a mesma idade, sendo uma desvantagem deste entendimento, pois o impacto do envelhecimento é diferente para cada indivíduo. A velhice funcional está relacionada ao termo “velho” como “incapaz”, “limitado”, é outra concepção errônea, visto que velhice não representa necessariamente incapacidade. A terceira concepção, da velhice como etapa vital, é mais equilibrada e moderna, pois pressupõem potencialidades como serenidade, experiência, maturidade, projetos pessoais e sociais (MORAGAS, 2004).

O Brasil está entre os países mais populosos e com uma previsão de alto índice de envelhecimento populacional. Em 2005 cerca de 8% da população tinha mais de 60 anos, em 2010, cerca de 11,16%. A expectativa é que em 2020

esse número aumente para 13% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA, 2010).

Ainda as Projeções da Organização das Nações Unidas (ONU) evidenciam que até 2025 a população idosa do Brasil terá o maior crescimento entre os países do mundo, com 31 milhões de pessoas com 60 anos ou mais (França; Stelmachuk, 2005). Este fato trás uma consequência importante, que é o envelhecimento da população ativa (ROMANINI et al, 2005).

Assim, muitos estão sendo e serão os desafios que a sociedade e o governo brasileiro enfrentarão para construir uma sociedade igualitária, justa e mais humana, uma sociedade para todas as idades. Abordar a questão da velhice, do envelhecimento e também da aposentadoria não é tarefa fácil, é um grande desafio, visto a sua complexidade (ALENCAR, 2007).

Outro fator importante a ser destacado relaciona-se com a perspectiva de crescimento da população economicamente ativa, que vem sofrendo mudanças; entre 1980 a 1990 a faixa etária populacional que mais cresceu foi entre 25 a 49 anos e a expectativa é que entre 2000 e 2020 a que mais cresça esteja acima dos 50 anos (GIATTI, BARRETO, 2003).

A probabilidade de envelhecimento populacional tem gerado profundas transformações na sociedade, despertando o interesse no desenvolvimento de iniciativas voltadas à terceira idade. Houve melhorias na condição de vida da população brasileira, a expectativa de vida tem aumentado gradativamente, os idosos mantêm boas condições de saúde, de autonomia física e mental e a média de idade atual é de 67 anos. Consequente a esse aumento da

expectativa de vida ocorre o aumento do período de aposentadoria (ROMANINI et al, 2005).

Com o envelhecimento populacional e com o aumento significativo do número de idosos, surge um novo cenário no mundo e principalmente no Brasil; existe uma preocupação em criar políticas, serviços e facilidades para o idoso, visando promover melhores condições e mais qualidade de vida (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008; BRASIL, 2003).

A redução da taxa de natalidade e da faixa etária de 15 a 60 anos em relação à faixa de idosos tem sido objeto de discussões; um dos temores dos líderes mundiais é que os governos não tenham recursos econômicos para conceder aos idosos subsídios econômicos nas aposentadorias e que haja uma queda da qualidade de vida para esse grupo em questão (ALENCAR, 2007).

A preocupação com a questão do envelhecimento populacional ganha maior visibilidade e concretiza-se através da realização da Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, realizada na Áustria em 1982, proporcionando uma oportunidade para que representantes dos países discutissem as implicações médicas, econômicas e sociais dessa parcela da população. Aprovou-se nesta assembleia, um plano de ação global, composto de 66 recomendações relacionadas à: saúde e nutrição, proteção ao consumidor idoso, moradia e meio ambiente, família, bem-estar social, previdência social, trabalho e educação (CAMARANO, PASINATO, 2004).

Ainda como resultado desta assembleia vários países em desenvolvimento inseriram em suas agendas políticas as questões do envelhecimento humano. Países da América Latina alteraram suas constituições e

criaram leis que beneficiavam a população idosa, como a Venezuela (1999), o Equador (1998), o Brasil (1988), a Bolívia (1994) e o Peru (1993). Contudo, é na década de 90 que as discussões em torno do envelhecimento humano tornam-se de relevância na agenda desses países (CAMARANO, PASINATO, 2004).

No ano de 1994 foi sancionada pelo Presidente da República Itamar Franco a Política Nacional do Idoso (PNI), Lei nº 8.842, de janeiro de 1994, pleiteada desde a década de 80, que objetivou assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Nessa Lei é considerado idoso a pessoa com sessenta anos de idade e mais. Essa lei foi conhecida como a “Lei do Idoso” e com ela é realizada a gestão dos Fóruns da Política Nacional do Idoso e também dos Conselhos de Idosos (ALENCAR, 2007).

Ressalta-se que um dos grandes avanços foi à criação do Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que reconhece e garante ao cidadão o direito de envelhecer, com qualidade de vida (BRASIL, 2003).

Verifica-se que as sociedades guiadas pelo sistema capitalista, que têm seus valores voltados para competitividade, produtividade, começam a implementar políticas exclusivas para idosos, com a finalidade de garantir o processo de envelhecimento com dignidade, mas isso tem sido um grande desafio; embora os avanços científicos tenham ajudado a aumentar a expectativa de vida da população e a qualidade de vida tenha melhorado significativamente, nem sempre todos os recursos disponíveis estão à disposição dos idosos (SOUZA et al, 2010; MAGNABOSCO-MARTINS et al, 2009).

Não há como negar que o envelhecimento é hoje uma realidade tanto para a maioria das sociedades desenvolvidas como para aquelas em desenvolvimento, tornando-se uma temática relevante do ponto de vista científico e de políticas públicas, ou seja, é fundamental mobilizar pesquisadores e gestores de políticas sociais para a discussão do desafio que a longevidade humana está colocando para as sociedades (CAMACHOL, COELHO; 2010).

3.4 A APOSENTADORIA

A aposentadoria representa uma das maiores transições na vida das pessoas adultas e, apesar do conceito estar mudando, ela ainda está associada à perda do trabalho. Assim, a aposentadoria pode ser a maior perda social, sobretudo porque outras perdas estão associadas ao labor. O que fazer da vida sem o trabalho e a utilização e administração do tempo disponível são desafios para as pessoas que se dedicam por muitas horas ao trabalho; é comum que sua carga horária ultrapasse 50 horas semanais (FRANÇA, 2004).

Considera-se a aposentadoria como um fenômeno relativamente recente no Brasil, e o primeiro instituto de aposentadoria e pensões foi criado em 1934. É um direito do trabalhador estabelecido por lei, de modo a garantir amparo, autonomia e condições de vida. É um benefício, que ocorre na forma de pagamentos mensais, sendo garantida a todo o contribuinte que possui tempo de contribuição completo, idade específica ou invalidez, ou seja, que se encontra nas condições estabelecidas pela Constituição de 1988 (MENDES et al, 2005).

Cabe registrar que o sistema previdenciário brasileiro começa a ganhar espaço na década de 30 com o fim do ciclo agro-exportador e a instalação gradativa das bases para a acumulação das industriais no Brasil (FALEIROS, 1982).

A conquista da aposentadoria é resultado de uma gama de reivindicações do movimento operário, fazendo com que o estado brasileiro reconheça em 1903 o direito de organização e formação de sindicatos dos profissionais da agricultura e indústrias rurais e em 1907 esse direito é estendido a qualquer categoria profissional (HADDAD, 2001).

O Brasil é um dos precursores na América Latina na implantação de uma política de garantia de renda para a população trabalhadora que culminou com a universalização da seguridade social em 1988 (ALENCAR, 2007).

A Lei Elói Chaves, que sucede às diversas lutas operárias, apresenta-se como um acontecimento ímpar na criação da Previdência no Brasil, mas igualmente constitui-se no marco que identificou a velhice como questão social (ALENCAR, 2007).

Em 1966, por meio do Decreto-Lei 72 foram extintos os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), fundindo suas antigas estruturas no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), atualmente Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Na década de 70, inicia-se uma nova fase, a expansão da cobertura dos serviços às categorias ainda não cobertas, (autônomos, empregados domésticos, profissionais liberais) e parte dos trabalhadores rurais. A expansão do escopo das ações do INPS fez com que fosse criado, em 1974, com a Lei 6.036, o Ministério da Previdência Social (MPS). Em 1977, a Lei 6.439 criou o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS)(ALENCAR, 2007).

Em relação à seguridade social, a Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) estabelece no seu artigo 194: “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. Essas ações que deveriam ocorrer de forma integrada desde o início apresentam-se fragmentadas, tanto na organização quanto na gestão (BOSCHETTI, 2003, p. 41).

O princípio de seguridade social implica nos seguintes avanços: irreduzibilidade do valor dos benefícios; seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços; equidade na forma de participação do custeio; diversidade da base de financiamento; participação da comunidade, em especial dos trabalhadores, empresários e aposentados e caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa (SIMÕES, 2004).

Em relação à idade e ao tempo de contribuição, exige-se que o trabalhador do sexo masculino tenha 65 anos de idade e do sexo feminino 60 anos, enquanto o critério por tempo de contribuição compreende que o trabalhador homem deve ter contribuído 35 anos e a mulher 30 anos, para ter direito a aposentadoria (MENDES et al, 2005).

Outra opção é a aposentadoria proporcional, na qual o trabalhador do sexo masculino pode solicitar sua aposentadoria aos 53 anos, desde que tenha contribuído por 30 anos e a trabalhadora do sexo feminino pode requerer sua aposentadoria aos 48 anos de idade e depois de 25 anos de contribuição (BRASIL, 1991).

Com o envelhecimento populacional e com o aumento da população acima de 60 anos, uma das preocupações dos governantes e líderes mundiais é ter

recursos suficientes para manter o benefício da aposentadoria. Em 1980 foram concedidas 257.889 aposentadorias sobre os critérios de tempo e de contribuição de idade, no ano de 2007 esse número teve um aumento significativo e foi para 765.769 e a tendência é que esse número tome proporções cada vez maiores baseado na quantidade de pessoas por faixa etária (MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL, 2007).

A longevidade humana é uma conquista, mas vem se transformando também em uma grande preocupação para o governo brasileiro devido aos gastos excessivos com os “inativos” – “remuneração da inatividade” visto que, em 2002, 73% do total das transferências de renda do governo federal foram gastos com aposentadorias e pensões (GOLDANI, 2004).

A aposentadoria é um ganho para o trabalhador pelos anos dedicados ao trabalho. Porém, sabe-se que ela desencadeia uma serie de questionamentos e de sentimentos ambíguos para as pessoas tais como: Que mudanças essa nova fase trará na minha vida? Isso será bom ou ruim? Como será minha rotina? Como serão meus relacionamentos sociais? (SOARES et al, 2007).

Assim sendo, a aposentadoria pode ser vista como uma representação de ambivalência, pois ao mesmo tempo em que é a conquista, por meio do trabalho, da liberdade, é também marginalizada, como uma inutilidade, pela sociedade produtiva e de decadência, pela concepção social capitalista que valoriza o belo, o jovem e o produtivo. A aposentadoria deveria ser o auge do bem-estar psicossocial, pois desde o nascimento, o homem prepara-se para trabalhar e, no futuro para aposentar-se, entretanto não é essa realidade que se observa para a maioria das pessoas (OLIVEIRA, 2008).

Em um estudo realizado, com 24 pessoas um mês antes da aposentadoria e seis meses depois, foi identificado que há quatro estilos de adaptação a essa etapa da vida. O primeiro, chamado de “transição para a velhice”, é aquele em que a aposentadoria é vista como marca de transição para a velhice. No segundo, denominado “novo começo”, os indivíduos experimentaríamos sentimentos de renovação, entusiasmo e vigor. O terceiro estilo de adaptação é o de “continuação”, em que a aposentadoria é vista sem maiores significados, pois a continuidade de atividades já desenvolvidas e mantidas na sua trajetória de vida ocorre de uma maneira mais pessoal, sem maiores inovações. O quarto estilo denominado de “ruptura imposta” enfatiza que a aposentadoria acarreta a perda do papel social, fazendo com que os indivíduos sintam-se prejudicados (NERI, 2007).

Cada indivíduo tem uma forma única de vivenciar a aposentadoria. Para as pessoas que percebem o trabalho como fonte de prazer, em que o sujeito se encontra satisfeito com sua rotina, com suas realizações profissionais, interage bem com os colegas, têm respeito e reconhecimento dos demais, a aposentadoria torna-se um processo mais difícil, pois haverá uma ruptura de uma rotina e de valores que o trabalho podia lhe oferecer e que após a aposentadoria não existirão mais. Já para aqueles que o trabalho representa uma forma de sobrevivência, ou até mesmo de sofrimento, a aposentadoria representa novas possibilidades, como um tempo de construção de novos investimentos, de novas descobertas, de novos conhecimentos, de novos caminhos para a realização de sonhos que antes não puderam ser realizados, alegria e prazer (BOTH; CARLOS, 2005).

As diferentes formas pelas quais os sujeitos percebem o trabalho e a aposentadoria podem ser reflexos da história de vida de cada um e esse processo

apresenta múltiplas interfaces, que estão relacionadas a uma série de mudanças que ocorrem nessa nova fase. Assim, é fato que a capacidade individual de cada ser humano também interfere na aposentadoria, pois há diversas maneiras de vivenciar esse processo, que envolve a forma com que o sujeito irá avaliar as mudanças sociais que ocorrerão na sua vida, a reorganização do seu papel e da sua função no núcleo familiar, os papéis sociais que o cidadão pode assumir perante a sociedade, a adaptação à nova rotina, sem tantos compromissos, responsabilidades, regras e horários e a forma como o sujeito irá organizar e planejar seus novos projetos de vida (BULLA, KAEFER; 2003).

Outrora, quando os sujeitos aposentavam-se, não existia outra possibilidade senão afastar-se do mercado de trabalho e parar de trabalhar definitivamente, constituindo uma brusca e repentina ruptura com todo o passado do trabalhador que teve a mesma rotina por 20, 30 anos. Desta forma, o indivíduo tinha duas possibilidades, ver o lado bom da aposentadoria, que seria mais tempo e possibilidade de descanso e lazer, ou ver o lado ruim, que a aposentadoria traz consigo, que é o empobrecimento, a desvalorização e a desqualificação (BEAUVOIR, 1990).

Sabe-se que para muitos, essa imagem ainda não mudou. Em nossa sociedade e cultura, os jovens têm mais valor, seja por sua capacidade de raciocínio, de força ou pela alta qualificação, enquanto isso, o aposentado é visto como alguém inútil e improdutivo, características estas que são totalmente desvalorizadas em nossa cultura e, sobretudo na sociedade capitalista (GARCIA et al, 2007; CALLIGARIS, 2000).

A sociedade capitalista em suas atitudes demonstra que ainda não despertou para essa problemática e, tampouco, mostra-se comprometida com essa população, pois continua rejeitando e desqualificando o idoso aposentado. A aposentadoria e a velhice continuam carregadas de percepções negativas, associadas à ideia de doença, inutilidade, inatividade, perdas de papéis sociais, vulnerabilidade e dependência, induzindo o idoso a acreditar que realmente ele é um peso para a sociedade (ALENCAR, 2007).

Destaca-se ainda que de maneira geral a mídia, ao apresentar anúncios publicitários de aposentados utiliza-se da imagem do idoso aposentado, sentado em cadeira de balanço ou então em praias usufruindo do lazer, homogeneizando essa etapa da vida, concebendo os idosos de forma estereotipada e negativa, “inativo”, ou seja, o idoso é relacionado ao ócio, sem função (ALENCAR, 2007).

Para muitos trabalhadores, essa visão do aposentado dificulta a aceitação da aposentadoria, tantos são os fatores negativos que a sociedade atribui a essa nova fase, reforçando aos indivíduos que não dêem a devida importância ou nem considerem a grande quantidade de fatores positivos que a aposentadoria pode possibilitar (STELMACHUK, 2005).

Muitos aposentados, que ansiavam pela aposentadoria durante todos os anos de atividade laboral, chegam a apresentar problemas psicológicos logo que se aposentam. É comum o indivíduo perder a referência de horários, de compromissos, da profissão, sentir-se como se tivesse perdido o sentido da vida, perder o ponto de referência na sua organização e até mesmo de sua própria

identidade, já que as pessoas, muitas vezes, são conhecidas e chamadas pela sua profissão e não mais pelo seu próprio nome (ROMANINI et al, 2004).

Entretanto a aposentadoria representa um momento de refletir sobre tudo que foi feito na vida até aquele momento, rever tudo aquilo que realmente é relevante, organizar e planejar novos projetos de vida. A vida pessoal, que durante o período em que o sujeito trabalhava, foi muitas vezes deixada de lado, volta a ter importância, a família e os amigos pessoais voltam a ser reconhecidos e a ter seu devido valor (ROMANINI et al, 2005).

Cada ser humano desempenha vários papéis na sociedade, os quais determinam a maneira como será tratado pelos demais. O indivíduo define a si próprio pelos papéis que assume, define a sua identidade baseado na sua profissão, naquilo que faz; a aposentadoria neste sentido pode trazer danos severos à qualidade de vida do sujeito. Então há necessidade de refletir e repensar nessa nova fase, em tudo aquilo que fez no que gostaria de fazer, quais são os valores realmente importantes e planejar como será sua vida após a aposentadoria (MAGALHÃES et al, 2005).

Enfatiza-se que a aposentadoria em si não é um problema, ela é um benefício conquistado historicamente pelos trabalhadores e pode representar uma chance de mudar de vida, de repensar nas coisas que gostava e que por trabalhar não tinha tempo de fazê-las, de reestruturar sua identidade pessoal, já que diversas vezes a identidade pessoal era substituída pela profissional. É um momento de mudanças que será vivido de forma diferente para cada aposentado e que depende da capacidade de adaptação de cada um (ROMANINI et al, 2005).

Porém, a sociedade brasileira é estruturada em função do trabalho e a aposentadoria deveria ser o triunfo de todos trabalhadores que cumpriram com seu papel, mas a conjuntura nacional, com seus reveses, as dinâmicas sociais e econômicas e as mudanças ambientais não projetam um equânime bem-estar na vida dos aposentados (OLIVEIRA,2008).

A palavra aposentadoria, na língua portuguesa é atribuída à ideia de recolhimento ao interior da habitação, dos aposentos (CARLOS et al,1999). Esse fato reforça a ideia errônea e preconceituosa a respeito da aposentadoria. As representações sociais a respeito dessa etapa da vida identificam o aposentado como alguém inútil, improdutivo, inativo, ocioso, sem função, sem capacidade de ação, passivo a todos os acontecimentos sociais (SOARES et al, 2007). Assim, o aposentado sente-se descartado, sem planos para o futuro, por isso as pessoas que vão se aposentar pensam sobre o assunto com tanta dificuldade (ROMANINI et al, 2005).

A aposentadoria provoca mudanças na vida do ser humano, porém não somente na vida dele, mas sim na vida de todos aqueles que o cercam, principalmente de sua família. Para aquelas pessoas que sempre priorizaram a profissão e o trabalho e, apenas nas horas vagas, dedicavam-se a família, ao casamento e aos filhos, esse é um momento de dificuldade, reaproximação e muitas vezes até de reconhecimento das pessoas que o cercam (SOARES et al, 2007).

Cada pessoa investe mais ou menos na sua carreira profissional, segundo suas necessidades, suas motivações e aspirações, mas aqueles trabalhadores que ocupavam cargos de supervisão, coordenação, gerência, direção, ou exerciam de alguma forma algum tipo de vantagem ou superioridade

são, geralmente, respeitados e admirados, e reconhecidos pelo seu trabalho e quando se aposentam sofrem grandes conflitos internos (ROMANINI et al, 2005; CALDAS, 2003). Mesmo que a aposentadoria seja um direito conquistado pelo trabalhador, que tenha o objetivo de oferecer melhores condições ao aposentado, muitos a vêem como uma inatividade remunerada pelo Estado, uma vez que pode significar uma incapacidade, um processo de decadência, que leva a diminuição da qualidade e da produtividade e, conseqüente, a saída do mercado de trabalho, associando-a, assim, ao envelhecimento e a “invalidez”, representando, para alguns, uma violência para o até então trabalhador (PEIXOTO, 2004).

Uma das dificuldades que envolve o processo da aposentadoria é a diminuição da renda, do poder aquisitivo, que acaba diminuindo a qualidade de vida, e gerando insatisfação com o Sistema de Previdência Social do Brasil. Em estudo com trabalhadores que faziam parte de um grupo que iria se aposentar em um período de dois anos, os resultados indicaram que a aposentadoria estava relacionada a ideias negativas como doença, abandono e morte (BULGACOV et al, 1999).

Já, em outro estudo revelou-se que a aposentadoria é vista como uma recompensa em forma de descanso e remuneração, a ideia ainda pode ser vinculada como júbilo pelos anos de trabalho, em que o sujeito é reconhecido pelo papel profissional que exerceu por tanto tempo, pela sua função e pela sua posição social (MORI, 2006).

Em uma pesquisa realizada em Belém do Pará, com idosos aposentados com objetivo de entender o significado de vivência da aposentadoria e conseqüentemente do envelhecimento, revelou-se que os entrevistados constroem a

representação social da aposentadoria, como um prêmio, um descanso justo, por terem se dedicado ao trabalho por mais de 30 anos e dessa maneira contribuído para o desenvolvimento do país e ainda a aposentadoria é vista como uma devolução do que foi descontado de seus proventos e repassado aos cofres da Previdência Social, já que esta funciona para eles como uma espécie de poupança (ALENCAR, 2007).

Mesmo que a aposentadoria seja um direito concedido ao trabalhador em forma de remuneração mensal, é fato que muitos mostram-se cada vez mais descontentes com a sua remuneração e alguns até procuram outras fontes de renda, por meio de empregos informais para aumentar o poder de compra (NASCIMENTO; RABELO, 2008; AMARILHO; CARLOS, 2006).

Ainda verifica-se que grande parte dos aposentados mesmo recebendo uma quantia baixa, um salário mínimo, pelo fato desse benefício ser regular, concedido mensalmente, muitos constituem-se como o sustento da famílias, vários inclusive ainda continuam sendo o chefe da família (LOPES, 2003).

Vale destacar que para as classes economicamente mais altas, a aposentadoria é considerada algo muito positivo, pois as pessoas podem aproveitar seu tempo livre e com melhores condições financeiras, podem desfrutar de mais atividades de lazer e muitos ainda continuam trabalhando como autônomos e profissionais liberais para se manter inseridos no mercado trabalho e melhorar o seu poder aquisitivo. Já para a classe média e baixa, a aposentadoria pode ser vista como uma fase de dificuldades, pois as condições financeiras que já não eram boas, pioram e muitos aposentados voltam ao mercado de trabalho de maneira informal

para tentar manter o mesmo padrão de vida que tinham antes de se aposentar (SOARES et al, 2007).

Em pesquisa sobre as representações sociais da saúde na terceira idade, os resultados apontam que para as mulheres, o idoso saudável é aquela pessoa independente, que mantém sua capacidade para as mais diversas atividades, como cuidar da família, da casa, sair, viajar e que a capacidade para desenvolver atividades físicas e de lazer, manter os relacionamentos interpessoais e cuidados com a saúde, promovem a sensação de jovialidade nessa idade (TEIXEIRA, SCHULZE, CAMARGO, 2002 ; AREOSA, 2004).

Quando se tem a possibilidade de planejar a aposentadoria, as dificuldades de adaptação à essa nova fase tornam-se muito menores. Esse planejamento está diretamente ligado às condições governamentais, isto é, às políticas previdenciárias, econômicas, de saúde e de educação, pois todas interferem no processo de vida e conseqüentemente na aposentadoria (OLIVEIRA, 2008).

Embora, a aposentadoria seja uma etapa da vida permeada por dúvidas, por grandes mudanças na vida do indivíduo, altera rotinas, hábitos, expectativas e relacionamentos e, por isso merece toda atenção, observa-se que a grande maioria das empresas ainda não se atentou para a importância do preparo dos trabalhadores para o enfrentamento dessa nova fase (SOARES et al, 2007).

Para que o processo de transição entre deixar de ser trabalhador e passar a ser aposentado seja mais natural e tranquilo, é importante que o profissional seja preparado. Assim, foram criados os programas de preparação para aposentadoria (PPP), tendo como objetivo auxiliar as pessoas no período de pré-

aposentadoria adaptarem-se as mudanças que ocorrerão em suas vidas, desde mudanças físicas, psicológicas, no convívio familiar, social, o planejamento financeiro e os projetos para a nova fase da vida (SOARES et al, 2007).

Tanto esses programas de preparação, quanto qualquer tipo de orientação profissional nesse período ajuda muito, pois fornecem condições para explorar tudo que pode ser feito com sua vida a partir daquele momento. É uma possibilidade de auxiliar o ser humano a se conhecer novamente, a redescobrir seus prazeres, as coisas que gosta realmente de fazer e a planejar como será sua vida daquele momento em diante (SIQUEIRA et al, 2002; SOARES et al, 2007), pois muitos vivenciam esse momento com sofrimento, já que nas sociedades capitalistas os aposentados não tem valor, sendo vistos como inúteis (D'ANDREA, 2000).

Em um estudo realizado no Canadá, com objetivo de analisar o planejamento e os sentimentos com a aposentadoria, identificou-se que as circunstâncias que envolvem finanças, relacionamentos pessoais e familiares podem atuar tanto como catalisadores no planejamento da aposentadoria, ou seja, o que pode ser catalisador para uma pessoa pode ser constrangedor para outra e vice-versa. Além disso, 80% dos entrevistados demonstraram a preocupação com a condição financeira como um fator motivador para a construção de uma poupança para a aposentadoria (KEMP et al, 2005).

Neste mesmo estudo, evidenciou-se que as características de personalidade, estabilidade emocional, auto-estima e definição de papéis interferem no planejamento da aposentadoria e do envelhecimento e estão relacionados à subjetividade, sendo que o passado da pessoa e a sua história interferem diretamente no planejamento ou não da aposentadoria. Os homens revelaram ser

mais envolvidos no planejamento financeiro durante a vida laboral do que as mulheres, pois elas, em geral, dispõem de menor renda, às vezes têm empregos de meio expediente e, com frequência, interrompem o contrato de trabalho em consequência das obrigações com a família (KEMP et al, 2005).

Cabe ressaltar que a preparação para a aposentadoria já é entendida por muitos como algo essencial, como uma forma de prevenir futuros problemas psicológico e qualquer tipo de adoecimento, que são característicos nessa nova fase da vida e, sobretudo para garantir que a auto-estima da pessoa não sofra tantos impactos (SOARES et al, 2007).

Em pesquisa que analisou os PPP constatou-se sua importância durante o período de transição, facilitando a compreensão e planejamento durante todo o tempo funcional. Identificou-se que a pré-aposentadoria é um momento propício para a reflexão e análise de questões pertinentes à própria identidade, às expectativas e prioridades para o futuro (ZANELI, 2000).

Outro estudo que teve como participantes 1.834 médicos aposentados mostrou que menos da metade dos participantes e suas respectivas esposas estavam satisfeitos com suas vidas em comparação com que tinham antes da aposentadoria e um terço dos participantes afirmaram considerar relevante que, durante o processo de aposentadoria, seja realizado um acompanhamento visando diminuir o impacto psicossocial referente à perda ou mudança do papel profissional (AUSTRON et al, 2003).

É fato que a aposentadoria quando associada a uma fase de descanso, férias prolongada, oportunidade de dormir até mais tarde, de não fazer nada, de não precisar mais cuidar da aparência, favorece o surgimento de

problemas, principalmente emocionais e psicológicos; as pessoas afastam-se, isolam-se, queixam-se de tristeza e quando menos esperam estão deprimidas com a aposentadoria. Assim sendo, é imprescindível a preparação para esta nova fase da vida (SOARES et al, 2007).

Pesquisadores da *University College London* identificaram dois picos de taxas de mortalidade para homens aposentados, um aos 65 e outro aos 80 anos. Chama-se atenção para o primeiro que se refere ao período pós-aposentadoria, em que as inúmeras mudanças e transformações que ocorrem nessa fase frequentemente levam ao adoecimento físico e emocional dos indivíduos, como é comum encontrar recém aposentados deprimidos, essa é uma síndrome mundial (BRONTE, 2002; ROMANINI et al, 2005).

Embora a aposentadoria seja um assunto inevitável para qualquer trabalhador, é algo que deve ser pensado, programado, é parte do processo natural de quem exerce uma profissão e tem atividades laborais. Para que essa transformação ocorra de forma tranquila, é fundamental que a pessoa estude, planeje, pois a aposentadoria não pode e nem deve representar o fim das atividades, ela representa uma possibilidade de reorganizar a vida e programar novas atividades (ROMANINI et al, 2005).

Apesar das representações sociais que associam muito fortemente aposentadoria a velhice, observa-se que as pessoas tendem a se aposentar com a capacidade intelectual inalterada e com plena capacidade de produzir, diferentemente do estigma acerca da aposentadoria. A parcela de aposentados da população é grande e tende a aumentar com o aumento da expectativa de vida. Um dos grandes desafios contemporâneos é valorizar os profissionais que estão na

meia idade, ou em fase de se aposentar, pois eles são produtores de conhecimento, e tem ampla experiência por meio de suas práticas e suas vivências (RIBEIRO, 2009).

Vale ressaltar que a expectativa de vida vem aumentando consideravelmente nos últimos anos, e uma pessoa que se aposenta aos 60 anos pode ter ainda 30 ou mais anos de vida. Assim, indaga-se: O que esse tempo representa para as pessoas? O que se fazer com todos esses anos? Como usar o tempo livre? Esses são alguns questionamentos que geralmente aparecem para quem está na fase de se aposentar ou que se aposentou, mas devem ser indagações principalmente dos gestores de políticas públicas de todas as esferas (PAULIN, OLIVEIRA, 2009).

3.5 As REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

O homem sempre buscou respostas aos seus questionamentos, sempre desejou compreender o universo em que vive e tudo que está a sua volta e, desde as primeiras indagações, surgiram também conhecimentos. Esses podem ser eles científicos, de senso comum, filosóficos sendo conhecimentos transmitidos ao longo dos anos e que podem ser transformados à medida que se tem mais informações, mais estudos e mais experiências (SANTOS, 2005). Esses conhecimentos também sofrem influências, culturais, históricas, políticas e sociais (BARBOSA, 2013).

O conhecimento do senso comum terá destaque na presente pesquisa por ser um tipo de conhecimento simples, extremamente importante na sociedade, por estar presente em todas as culturas, classes sociais, por passar de

geração em geração, por ser algo que sofre transformações e que ajuda os seres humanos a compreender melhor o universo em que vivem e a realidade como um todo (FERNANDES, 2010).

O conhecimento de senso comum não se opõe, nem se quer substitui o conhecimento científico, eles são apenas diferentes. O conhecimento científico acontece por meio de metodologias pré - determinadas e para se elaborar esse tipo de conhecimento, é necessário maior formalidade, uma vez que seu objetivo consiste em conhecer a natureza humana e dos objetos e dominá-la (MOSCOVICI, 2003).

As teorias do senso comum têm sua origem nos comportamentos grupais, e tem como objetivo elucidar a realidade social, produzir identidades, organizar as comunicações e orientar as condutas de forma leiga. Para que uma teoria do senso comum possa se considerada representação social, o objeto de estudo deve ser capaz de assumir formas diferentes para cada contexto social, além de ter relevância cultural para o grupo (SANTOS, 2005).

Ao longo da história é possível observar que para as ciências humanas, os saberes e conhecimentos populares foram considerados menores, em especial, por não serem baseados em estudos formais, porém a Teoria das Representações Sociais (TRS) emerge para romper com esse paradigma, uma vez que o indivíduo é considerado como ser ativo no processo de transformação de sua realidade e do conhecimento comum (SANTOS, 2005).

O conhecimento produzido por meio do senso comum é amplamente discutido na TRS. Essa teoria tem sido muito estudada e tem contribuído como

referencial para muitas pesquisas nas mais diversas áreas e tendo suas bases na sociologia e na antropologia (ARRUDA, 2002).

Nos anos 80 houve um aumento no interesse de explicar melhor os fenômenos simbólicos e, para isso, tornou-se necessário buscar explicações de noções de consciência, de imaginação e de memória social. É na psicologia social, uma ciência situada entre a psicologia e a sociologia, que a representação social (RS) torna-se uma teoria, e foi desenvolvida por Serge Moscovici e aprofundada por Denise Jodelet (WACHELKE; CAMARGO, 2007 e ARRUDA, 2002).

Serge Moscovici, psicólogo social, nasceu na Romênia e naturalizado como francês, nasceu em 1928 e vivenciou a II Guerra Mundial. Em 1948, na França, estudou psicologia. Investigou e divulgou a Psicanálise. Em 1961, terminou a tese *La psychanalyse, son image, son public* e propôs a TRS. Lecionou em universidades renomadas e publicou, na França, sobre a influência das minorias na inovação. Em 2003, foi Prêmio “Balzan”. Atualmente dirige o Laboratório Europeu de Psicologia Social em Paris. A maior parte de suas obras é na área da psicologia. Porém, devido à importância e a grandiosidade de suas pesquisas, suas teorias foram se expandindo e passaram a ser utilizadas nas mais diversas áreas de pesquisas (ALMEIDA, 2009).

No ano de 1961, na França, Moscovici elaborou uma pesquisa sobre RS da psicanálise, intitulada *La psychanalyse, son image et son public*. Este trabalho, foi tese de seu doutorado e teve duração de dez anos de investigação empírica e elaborações teóricas sobre o conceito de representação. Ela é voltada para fenômenos subjetivos, que são estudados por meio de metodologias não habituais e tradicionais, que dependem da interpretação do pesquisador. Nesta obra

é possível perceber a quebra das barreiras entre a razão e senso comum, razão e emoção, sujeito e objeto, além disso, devido a representar uma quebra de paradigmas e por ser fortemente apoiada na sociologia, porém sem deixar de lado os processos subjetivos e cognitivos, essa teoria levou alguns anos para ser mais estudada, aprofundada e utilizada (ARRUDA, 2002; SÁ, 2002).

A TRS vem se contrapor ao caráter individualista da Psicologia Social, tal perspectiva predominante nos Estados Unidos ignora o indivíduo no contexto social. O objeto de estudo é o indivíduo, não levando em consideração o importante papel da sociedade, sendo esta apenas um pano de fundo (FARR, 2002).

Um dos motivos que influenciaram Moscovici a desenvolver o estudo das RS dentro de uma metodologia científica foi sua crítica aos pressupostos positivistas e funcionalistas das demais teorias que não explicavam a realidade em outras dimensões, como é o caso da dimensão histórico-crítica. Pois, o conceito de representações coletivas desenvolvido por Durkheim é muito amplo e geral para “dar conta” da produção do pensamento, como forma de ação, na sociedade. Assim, Moscovici atualizou o conceito de Durkheim para as necessidades da sociedade contemporânea, na qual as informações se modificam constantemente e onde ninguém tem acesso a todo o saber, ele passou a estudar a inter-relação de ambos (ALEXANDRE, 2004).

Moscovici, em sua pesquisa, procurou evidenciar as diversas maneiras que a psicanálise era representada pela sociedade, de modo a compreender como o conhecimento científico era apropriado e ajustado por pessoas leigas (AZEVEDO; MIRANDA, 2012).

A TRS analisa o pensamento social em sua dinâmica e diversidade e para Moscovici, existem formas diferentes de conhecer e de se comunicar, que podem ser guiadas por objetivos diferentes, existem dois universos diferentes, duas vertentes paralelas: a consensual e a científica, cada uma delas com propósitos diferentes. A consensual constitui-se nas conversas informais, no dia a dia, no senso comum, na consciência coletiva, é variável, cognitivo, avaliativo, afetivo, é acessível a todos. O universo retificado tem sua base em teorias científicas, estruturadas por meio de critérios técnico-metodológico. Cada um desses universos tem suas vantagens, tem propósitos diferentes, são eficazes e indispensáveis para a vida humana. É possível identificar que há um espaço dinâmico entre os dois universos, há interação entre eles, as pessoas podem utilizá-los para compreender a realidade e à medida que as situações vão se modificando e transformando, os universos também sofrem alterações à medida que outros fenômenos ocorrem (GUERRA et al, 2011; MOSCOVICI, 2010; ARRUDA, 2002).

As RS são caracterizadas pelo modo da sociedade compreender e exprimir seus conceitos e valores sobre algum assunto específico, e para que cada conceito seja elaborado, é necessário que cada pessoa dê sua parcela de contribuição na formação do mesmo. O sujeito deve ser ativo e criativo, possuir um caráter autônomo na construção do conhecimento social de sua realidade (ARRUDA, 2002; MOSCOVICI, 2003). Um dos conceitos de representação elucidados por Moscovici traz a seguinte definição: "trazer presente as coisas ausentes a apresentar coisas de tal modo que satisfaçam as condições de uma coerência argumentativa" (MOSCOVICI, 2003, p.216).

Então, para que haja a formulação de um novo conceito, de uma nova ideia, cada sujeito deve interpretar as situações, os objetos, procurar reconhecê-los, associar com seus conhecimentos e experiências prévias e elaborar novos conceitos, novos conhecimentos. Além do conhecimento, um dos pontos fundamentais para a RS é a comunicação, esses dois elementos são inseparáveis, condicionados um ao outro, pois não há construção, difusão e propagação da RS do conhecimento comum, dos mitos e credences populares, sem comunicação (MOSCOVICI, 2010).

Com a finalidade de tornar sua teoria prática, atualizada e utilizável Moscovici sistematiza alguns fundamentos: um denominado objetivação e outro ancoragem. Esses mecanismos possibilitam a transformação de ideias, palavras, fatos que até então eram desconhecidos, em elementos possíveis de ser interpretados, que conseqüentemente se tornam familiares e possíveis de ser controlados. A objetivação auxilia na compreensão do objeto, consiste na tentativa de traduzir o novo, associando o mesmo a uma imagem que seja familiar (MOSCOVICI, 2003).

A objetivação segue três etapas: primeiro, seleciona e descontextualiza informações dos objetos, retirando todo o excesso de informações em que o objeto está envolvido. Para fazer esses cortes, retirar esses excessos, as escolhas não são feitas de modo aleatório, mas sim baseadas nas experiências prévias, valores, experiências, cultura, religião, enfim, nos conhecimentos. E para cada indivíduo o mesmo objeto passa a ter um significado diferente, a ser visto com maior ou menor relevância. Após essa primeira etapa, recosturam-se os fragmentos que foram recortados, os conceitos que foram selecionados ou dissociados de seu

contexto passam a ser associados a uma nova imagem, ou a um conjunto de imagens, familiar para o indivíduo, que vão identificar esse novo objeto, esse esquema se torna o núcleo figurativo da representação. E por último, o tal objeto que até então era algo novo, desconhecido, se torna algo palpável, familiar a nossa realidade, se torna um objeto comum, passa a ser algo natural, configurando o processo de naturalização dos elementos (MOSCOVICI, 2003).

A ancoragem é o outro elemento para a construção da RS; é aquela que dá sentido ao objeto que se apresenta a compreensão humana, isto é, um processo de categorização do novo em um sistema único de referências simbólicas pré-existentes na mente humana, que confere significados ao novo e garante coerência entre o conhecido e o desconhecido. A ancoragem não é um processo neutro, uma vez que a cada novo objeto identificado, o indivíduo procura fazer associações do novo com categorias, imagens, fatos pré-existentes e enraizados em seu conhecimento, cultura e meio de convívio (MOSCOVICI, 2010).

A ancoragem implica em modalidades: a atribuição de sentido, a instrumentalização do saber e o enraizamento no sistema de pensamento. A atribuição de sentido refere-se a representação que o novo será inserido em uma rede de categorias e significados pré-existentes, que são articulados e seguem uma hierarquia de valorização, conforme o conhecimento, a cultura, a relação com o meio e a opinião individual. A instrumentalização do saber confere valor ao novo, ele auxilia no processo de identificação, de tradução e entendimento do novo. E por fim, o enraizamento no sistema de pensamento consiste na inserção do novo ao conhecimento prévio humano, ou seja, para categorizar e compreender o novo o indivíduo busca em suas representações referências para que se possa identificar o

objeto e com isso ocorre uma transformação, o conhecimento prévio é ampliado e se modifica ao inserir algo diferente (SANTOS, 2005).

Enfatiza-se que a RS não é algo fixo, rigoroso; é algo dinâmico, que modifica o homem e o objeto a partir do momento que o indivíduo amplia seu conhecimento, ao inserir um novo objeto em sua categoria de itens e que modifica o objeto ao buscar semelhanças entre os objetos que já lhe são familiares com o novo (ARRUDA, 2002), de forma que a sociedade possa exprimir seus conceitos sobre os mais diversos objetos e assuntos, por meio das RS e por se tratar de algo dinâmico, cada pessoa contribui com essa formação (MOSCOVICI, 2003).

Segundo a concepção de Denise Jodelet (2002) a respeito do conceito de RS afirma que:

As representações sociais são uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e compartilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designado como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, essa forma de conhecimento é diferenciada entre outras do conhecimento científico. Entretanto, é tida como um objeto de estudo tão legítimo quanto esse, devido a sua importância na vida social e a elucidação possibilitadora dos processos cognitivos e das interações sociais (JODELET, 2002, p.22).

Ainda para Denise Jodelet (2002) a representação tem como característica ser dinâmica, possuir grande plasticidade, ela busca captar e compreender os mais diversos tipos de fenômenos, de várias naturezas, e de níveis de complexidade diferentes. Ao analisá-la é necessário fazer associações com elementos afetivos, sociais, mentais, culturais, com a linguagem e a comunicação, pois todos esses fatores interferem na representação e na realidade de cada indivíduo. Sendo assim, é possível compreender que essa forma de conhecimento.

O conhecimento do senso comum está diretamente ligado à realidade dos grupos sociais, está embutida de uma visão de mundo específica individualizada e que reflete a identidade social de pessoas, grupos, categorias sociais e sociedades (JODELET, 2002).

Na ótica de Minayo (2003) a RS pode ser entendida como um termo filosófico por representar a reformulação de um conceito, de uma ideia que ficou retida em seu subconsciente.

As RS são desenvolvidas individualmente e coletivamente. Elas podem surgir a partir das interações pessoais nas famílias, nos grupos de amizade, no local de trabalho, dentre outros, por meio das discussões, análise e interpretação a respeito de qualquer objeto, tema, enfim, de qualquer coisa na realidade vivenciada. Por meio dessas discussões, e o opiniões o senso comum é constituído e moldado de acordo com a necessidade, o meio e o conhecimento de cada um, assim as idéias de senso comum são interpretadas e julgadas por pessoas e sociedades, que difundem essas ideias já transformadas ou não (GUERRA et al, 2011).

Sabe-se que cada ser humano ao nascer não possui conceito, percepção ou conhecimento algum, é como um papel em branco, que vai sendo preenchido e estruturado à medida que vai se desenvolvendo, que vai crescendo, e seu conhecimento sofre diversas influências, tanto familiares quanto sociais (BARBOSA, 2013). E para que seu conhecimento baseado no senso comum e as suas representações sejam construídos, dois componentes básicos devem ser considerados: o cognitivo e o social. O cognitivo está relacionado a algum indivíduo, ao conceito que o mesmo traz consigo, está condicionado a sua interpretação

cognitiva, suas emoções e afeições. Por outro lado, o conhecimento social sofre influência do contexto social e ideológico no qual o sujeito está inserido, ao mesmo tempo em que as condições sociais determinam sua elaboração e transmissão (SANTOS, 2005).

Pode-se atribuir algumas importantes funções para a RS, função de saber que contribui para a compreensão do indivíduo sobre algo novo e permite que o mesmo adquira novos conhecimentos sobre objetos presentes na realidade; função de orientação que por meio das representações sobre certo assunto de um grupo, os indivíduos passam a partilhar determinadas opiniões e conhecimentos e definem que tipo de comportamento, de atitudes, de interpretações é aceitáveis, legais, inaceitáveis, ilegais, são vistas como guias de condutas; função identitária que se constituiu com representações que são partilhadas por um grupo, sendo possível identificar as características comportamentais do mesmo e definir uma identidade a esse grupo; função justificadora ocorre quando as representações são partilhadas por um grupo, seus comportamentos devem ser semelhantes sobre determinados assuntos e conseqüentemente as representações passam a justificar certos tipos de atitudes e condutas na sociedade (MOSCOVICI, 2010).

A RS depende, portanto, de diversos fatores como a comunicação, ideologia, os valores, culturas, crenças, o meio socioeconômico, o conhecimento prévio, além de muitos outros. E para que existam diferentes RS, mitos, crenças, é necessário que os indivíduos tenham capacidade de raciocinar, de refletir, de pensar, de argumentar, de aceitar ou não opiniões e propor novas ideias, tenha seu princípio de racionalidade (MOSCOVICI, 2003; CABECINHAS, 2004). Sendo que mediante a identificação de algo novo, seja um objeto, uma ideia ou um conceito, o

sujeito busca construir a sua representação a respeito do assunto e procura transmitir seu novo conhecimento ao seu meio seja ele familiar, social, político, do trabalho ou religioso (MOSCOVICI, 2003).

No mundo globalizado as informações são propagadas com velocidade cada vez mais rápida, por meio da comunicação, seja pela televisão, radio, internet, jornais, revistas, dentre outros. As novas informações tanto científicas, quanto populares auxiliam na transformação das RS (MOSCOVICI, 2010).

Os meios de comunicação também apresentam outras duas funções distintas, ajudam a difundir e partilhar ideias, conceitos e representações proporcionando comunicação efetiva e rápida propagação de informações, por outro lado, a mídia pode exercer influência negativa para os indivíduos que não gostam de refletir sobre as informações expostas a ele, de forma que o sujeito vê na mídia um novo conceito, e toma aquilo como verdade para si, não discute, não procura saber mais sobre o assunto, não reflete, simplesmente passa a partilhar a representação sobre determinado assunto (CABECINHAS, 2004).

O nascimento constante de novas RS e a morte de outras representações já ultrapassadas ocorre porque à medida que novos conhecimentos são úteis para um indivíduo ou grupos, contribuem para melhor compreensão da realidade de novos conceitos. Assim sendo, representações precisam ser criadas e teorias obsoletas são deixadas de lado. Para isso, há duas características das RS que devem ser consideradas: a convenção e a prescrição (MOSCOVICI, 2003).

A convenção representa o fato de identificar um objeto, uma pessoa, ou algum conceito e atribuir um significado, uma representação definitiva para o

mesmo. Ao se definir um conceito, esse passa a ser aceito e utilizado por um grupo, fazendo com que pessoas, culturas, sociedades compartilhem os mesmos conceitos, as mesmas teorias sobre alguns assuntos, e conseqüentemente esse processo auxilia na formação dos pensamentos coletivos e na compreensão da realidade (MOSCOVICI, 2010; REIS; BELLINI, 2011). Já a prescrição, caracteriza-se por impor às pessoas, às culturas, a seus pensamentos, as representações de objetos, conceitos e fatos isto é, quando um novo objeto é apresentado para um grupo, eles o identificam, tentam associá-lo a algo que já viram e categorizá-lo, partilham a ideia com mais pessoas e vão transmitindo a mesma para as demais gerações (MOSCOVICI, 2003).

Quando algum tipo de representação é imposta para as pessoas, grupos ou à culturas, faz com que os indivíduos se comportem de determinada maneira frente a um objeto ou a uma situação, com isso, é possível identificar e legitimar os comportamentos que ocorrem em diversas realidades (ALEXANDRE, 2004).

As RS são construídas em nossas mentes de forma muito peculiar, de forma que ocorre interação entre o racional e o irracional e há algumas determinantes sociais que influenciam nessa construção como a pressão à interferência. Nos grupos é comum que haja consenso sobre certas representações, esses conceitos caracterizam e identificam o comportamento dos grupos. Quando os indivíduos se deparam com novos objetos ou novas situações, os sujeitos buscam respostas pré elaboradas levando-se em conta as teorias partilhadas pelo grupo de forma que a representação seja validada; a focalização é o nome atribuído ao fato de diferentes membros de um grupo divergirem suas opiniões sobre um determinado

3. Pressuposto Teórico

assunto. Esse determinante ocorre devido às diferenças culturais, socioeconômicas, religiosas, entre outras; e a defasagem e dispersão da informação, esse componente analisa o acesso do indivíduo à informação e os pontos que dificultam esse acesso (MOSCOVICI, 2003).

Diante desses determinantes e com o conceito a TRS é possível identificar, interpretar, tomar conhecimento e tornar familiares objetos que até então eram desconhecidos, e facilita a comunicação e a convivência entre os grupos (MOSCOVICI, 2003).

A TRS permite ao pesquisador aproximar-se do objeto definido, no próprio dinamismo que o gera, articulando dimensões e níveis que, tradicionalmente, vinham sendo tomados de forma isolada ou estática. Assim, refletir sobre o processo de envelhecimento e a aposentadoria na perspectiva RS constitui uma oportunidade de compreender como os aposentados vivem essa etapa da vida (ALENCAR, 2007).

Diante das considerações anteriores pode-se afirmar que a TRS rompe com a dicotomia entre a objetividade e a subjetividade, ao permitir a apreensão dos fenômenos psicológicos em sua dimensão social, e tem se configurado em paradigma de grande relevância para quem deseja estudar apoiado nesta concepção. Assim, por acreditar que esta teoria pode favorecer a compreensão da realidade dos enfermeiros docentes de enfermagem aposentados é que foi escolhida para a presente investigação.

4 Método

4.1 TIPO DE ESTUDO

Considerando o ser humano como objeto principal de investigação, optou-se por realizar este estudo segundo as perspectivas da pesquisa qualitativa, visando compreender as questões de subjetividade em relação aos sentimentos vivenciados no trabalho revelado nas falas dos entrevistados.

A metodologia qualitativa analisa e interpreta os aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano, fornecendo análises detalhadas sobre investigações em relação aos hábitos, atitudes e tendências comportamentais (MARCONI; LAKATOS, 2010, FLICK, 2009).

Ainda, pesquisar qualitativamente é buscar entender as diversas relações e determinações de um fenômeno, é focalizar o específico, o peculiar, o individual, buscando compreender os fenômenos estudados e não apenas a verificação de hipóteses (MARTINS; BICUDO, 2006).

4.2 LOCAL DO ESTUDO

O estudo foi realizado na Universidade Estadual de Londrina (UEL), tendo como unidade de análise o curso graduação de Enfermagem, localizado no Centro de Ciências da Saúde (CCS) da referida universidade. É uma instituição de ensino superior situada ao norte do Paraná, no município de Londrina. Esta cidade está a 369 km da capital paranaense, sendo a segunda maior cidade do Estado e a terceira da região sul do Brasil.

A UEL foi criada pela Lei Estadual no 6.034, de 06/11/69 e

4. Método

regulamentada pelo Decreto Estadual no 18.110, de 28/01/70, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná nº 275, p.1 e 2, de 30 de janeiro de 1970. Teve seu reconhecimento pelo Decreto Federal no 69.324, de 07/10/71, publicado no Diário Oficial da União de 08/10/71, Seção I – parte I está localizada na cidade de Londrina, norte do Paraná (ESTATUTO E REGIMENTO DA UEL, 1974).

Possui uma estrutura como a maioria das universidades brasileiras, ou seja, é um todo orgânico de ensino, pesquisa e extensão. Tem como finalidade promover a pesquisa e o desenvolvimento das ciências, letras e artes; formar pessoas habilitadas para a investigação filosófica, científica e literária, o exercício das profissões liberais, técnico-científicas, técnico-artísticas e do magistério e prestar serviços à comunidade (ESTATUTO E REGIMENTO GERAL, 1996).

Sua administração superior é constituída pela reitoria, como órgão de execução e pelos órgãos deliberativos, que correspondem aos Conselhos de Administração, Ensino, Pesquisa, Extensão e Universitário que, entre as suas diversas competências, têm como missão principal supervisionar e traçar a sua política.

A UEL é constituída por centros como unidades e departamentos como subunidades. O departamento é uma subunidade fundamental e por meio dele é que se desenvolve o ensino, a pesquisa e extensão, mediante a atenção dos docentes e pesquisadores, que tenham objetivos comuns. Cada departamento congrega, também, o coordenador e vice-coordenador do colegiado do curso.

Em 2011 a UEL possuía 48 Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) e 64 cursos de graduação. A entrada para esta Instituição de Ensino Superior ocorre

4. Método

por meio do vestibular próprio, administrados por 43 Colegiados, vinculados a nove Centros de Estudos (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 2011).

Dentre os nove centros de estudos está o CCS, órgão responsável pelo suporte técnico-administrativo de cinco cursos da saúde, a saber: Enfermagem, Medicina, Fisioterapia, Odontologia e Farmácia.

O curso de graduação em Enfermagem da UEL tem o colegiado do curso como instância para o suporte acadêmico e pedagógico, sendo constituído por docentes dos ciclos básico e profissionalizante e alunos da primeira a terceira série, pois a organização do curso é em módulos. Como suporte administrativo a chefia de departamento com suas comissões de ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação e administração.

Anualmente o curso de Enfermagem oferece 60 vagas para o ingresso dos candidatos selecionados pelo vestibular. É ministrado em período integral com duração de quatro anos (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 2011).

4.3 PARTICIPANTES DO ESTUDO

A população do estudo foi composta por enfermeiros docentes do ensino superior de Enfermagem aposentados nos últimos 15 anos pela universidade, sendo estes dados levantados por meio de informações fornecidas pela Pró-Reitoria de Recursos Humanos (PRORH) da UEL. Posteriormente foram localizados os endereços desses aposentados e utilizando-se da intencionalidade, eles foram convidados a participar da pesquisa por telefone ou na própria residência.

Os critérios para inclusão dos participantes foram: residir na cidade de Londrina, estar aposentado há no mínimo dois anos e concordar em participar da pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram excluídos os que não estivessem em condições físicas ou psicológicas, devido a doenças e/ou agravos para responder aos questionamentos da entrevistadora; docentes aposentados há menos de dois anos e aposentados que voltaram para atividades laborativas remuneradas, quaisquer que sejam elas.

A amostra foi realizada por intencionalidade, porém a definição do número de participantes não se baseou em critérios de representatividade numérica, ou seja, não se definiu, *a priori*, um tamanho amostral; as entrevistas foram realizadas até o momento em que aconteceu a convergência das falas com relação ao fenômeno estudado, o que ocorreu com nove enfermeiras docentes aposentadas (MINAYO, 2007)

Cabe ressaltar que a saturação dos conteúdos encontrados nas falas permite a garantia de que as informações contêm diversificação e abrangência em relação à reconstituição do material do estudo (MINAYO, 2007).

4.4 COLETA DOS DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio da técnica de entrevistas semiestruturadas, norteadas por um formulário composto de um roteiro semiestruturado, constituído de duas partes: a primeira, com questões objetivas concernentes ao perfil sociodemográfico dos pesquisados (APENDICE 1) e a segunda com questões abertas relacionadas à aposentadoria (APÊNDICE 2).

A entrevista semiestruturada caracteriza-se pela flexibilidade que possibilita um contato mais íntimo entre o entrevistador e o entrevistado e a exploração em profundidade de todos os aspectos considerados relevantes para o estudo. O seu direcionamento pode ser ampliado, considerando sempre as necessidades do projeto, ou seja, dos objetivos, pressupostos e do objeto da pesquisa (MANZINI, 2003).

O período de coleta de dados foi de setembro a dezembro de 2012. Todos os enfermeiros docentes aposentados há pelo menos dois anos foram contatados individualmente e informados sobre a realização da pesquisa, os seus objetivos, bem como sobre os procedimentos para coletar os dados. Nesse primeiro contato, foram agendados data, horário e local para realização das entrevistas, conforme a disposição e disponibilidade para serem entrevistados. As entrevistas foram na casa das aposentadas e realizadas com uso do gravador, pela própria pesquisadora, e com a duração de aproximadamente quarenta e cinco minutos.

Enfatiza-se que nas entrevistas qualitativas, o pesquisador não é uma pessoa distante, nem neutra, mas estabelece um relacionamento com o sujeito da pesquisa. A empatia, o humor, a sensibilidade e a sinceridade são considerados instrumentos importantes para a condução do estudo, ou seja, a interpretação pessoal do pesquisador, relativa à percepção que o mesmo tem dos dados levantados, também se torna instrumento, sendo que toda leitura constitui-se em uma interpretação e, por isso, não há leitura neutra (RUBIN, RUBIN, 2004).

4.5 ANÁLISE DE DADOS

Para a análise e interpretação das falas, utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo, conceituada por Bardin (2011) como:

Uma técnica de investigação que através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações (BARDIN, 2011, p.42).

Na Análise de Conteúdo, denomina-se de *unidade de contexto* a resposta obtida em relação ao tema, representando a parte mais ampla do conteúdo a ser analisado; as *unidades de registro* ou *unidades de significação* são as frases ou palavras significativas em relação ao tema estudado, enquanto os *significados* representam o material principal da análise (BARDIN, 2011).

A Análise de Conteúdo seguiu três etapas cronológicas: pré-análise, exploração dos materiais e tratamento dos resultados (BARDIN, 2011) e são descritas na sequência:

4. 5. 1 Pré-análise

É o momento em que acontece a escolha do material a ser analisado mediante uma organização que se processa em algumas fases:

- a) **Leitura flutuante** – início do contato com os documentos, analisando e conhecendo o texto, deixando-se influenciar por impressões e orientações. Aos poucos a leitura torna-se mais precisa devido ao surgimento dos pressupostos, definindo o *corpus* do trabalho. Neste estudo foi o momento em que se aprofundou a leitura das falas dos docentes aposentados (BARDIN, 2011).

- b) **Escolha dos documentos** –por meio dos princípios da *exaustividade*, *representatividade*, *homogeneidade* e *adequação* foram escolhidas as unidades de contexto que forneceram os dados sobre o problema em estudo. A *exaustividade* nesta etapa foi à garantia de que todos os documentos fossem analisados; a *representatividade* constitui-se na seleção dos documentos que realmente refletiam o problema do estudo; a *homogeneidade* significa que a pesquisadora neste momento tomou o cuidado de utilizar a mesma técnica na escolha dos documentos para ter as mesmas características e a *adequação* foi a etapa em que foram organizados os materiais que mostraram as informações adequadas aos objetivos da pesquisa (BARDIN, 2011).
- c) **Formulação de hipóteses/pressupostos e objetivos** – etapa que pode ou não estar presente, partindo-se de ideias pré-concebidas. Nesta investigação, optou-se pelas ideias pré-concebidas, isto é, aquelas determinadas pelos objetivos traçados previamente.
- d) **Referenciação dos índices e elaboração dos indicadores** – foi à fase de indicação dos núcleos de significados, que ocorreu por meio dos recortes dos discursos; foi o momento em que se identificou a frequência das palavras, das expressões e dos temas. Assim sendo, teve-se uma primeira aproximação para identificar as categorias e subcategorias provenientes dos discursos.
- e) **Preparação do material** – foi realizado por meio da transcrição rigorosa do conteúdo das entrevistas; o material foi codificado e os dados brutos foram transformados e agregados em núcleos, descrevendo as características do conteúdo.

4.5.2 Exploração dos materiais

Esta foi à etapa em que foram administradas sistematicamente as decisões tomadas anteriormente. Nela, foi realizada a exploração profunda dos materiais que foram submetidos à análise dos princípios, pressupostos e referências teóricas adotados nas investigações, ou seja, a TRS (BARDIN, 2011).

Assim, nessa fase, os dados brutos do material foram codificados, com o propósito de construir as categorias ou o núcleo de compreensão do texto e subcategorias, a partir das unidades de registro ou unidade de significação.

Vale ressaltar que a categoria é o termo que se utiliza para demonstrar elementos ou aspectos que possuem as mesmas características, os quais são ordenados de acordo com as semelhanças; é o registro do que cada unidade tem em comum com as outras. As categorias são obtidas por meio da convergência das subcategorias (MARTINS et al, 2008).

4.5.3 Tratamento dos resultados

Esta é a última fase da Análise de Conteúdo. Neste momento as categorias foram interpretadas e fundamentadas de acordo com a literatura pertinente, subsidiando o processo reflexivo.

4.6 ASPECTOS ÉTICOS

Para realizar este estudo atendeu-se o que consta na Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta os estudos sobre seres humanos (BARBOSA, 2011).

4. Método

Assim, o projeto foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UEL, pelo parecer nº 257 /2011, com CAAE sob o nº 002/2012 (ANEXO-1).

Foram esclarecidos aos participantes os objetivos do estudo e que as entrevistas seriam gravadas, porém suas identidades seriam preservadas. Assim, com a finalidade de manter o anonimato dos participantes, substituiu-se o nome dos entrevistados pela letra D (inicial de docente) seguida de numeração sequencial: D1; D2; D3; D4; e assim sucessivamente.

Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Informado (APÊNDICE- 3).

5 Resultado e Discussão

Optou-se nesta pesquisa por apresentar resultados, discussão e conclusão no formato de um artigo que foi submetido à *Revista Interface*, classificada como Internacional “B1” pelo Qualis-CAPES da Área de Enfermagem e indexada ao *Web of Science* cujas orientações aos autores, encontram-se dispostas no (ANEXO - 2).

Quanto ao objetivo específico de **caracterizar sociodemograficamente os docentes aposentados** encontrou-se: nove mulheres, uma com 58 anos de idade, cinco entre 60 e 69 anos e três com mais de 70; uma viúva, seis casadas e duas solteiras. Com relação ao tempo de aposentadoria duas apresentavam entre dois e quatro anos, cinco entre seis e dez anos e duas quinze anos. Quanto ao tempo de docência desenvolvida na UEL verificou-se que trabalharam por um período compreendido entre 25 e 30 anos.

Para atender ao segundo objetivo têm-se as seguintes categorias apresentadas na figura que se segue:

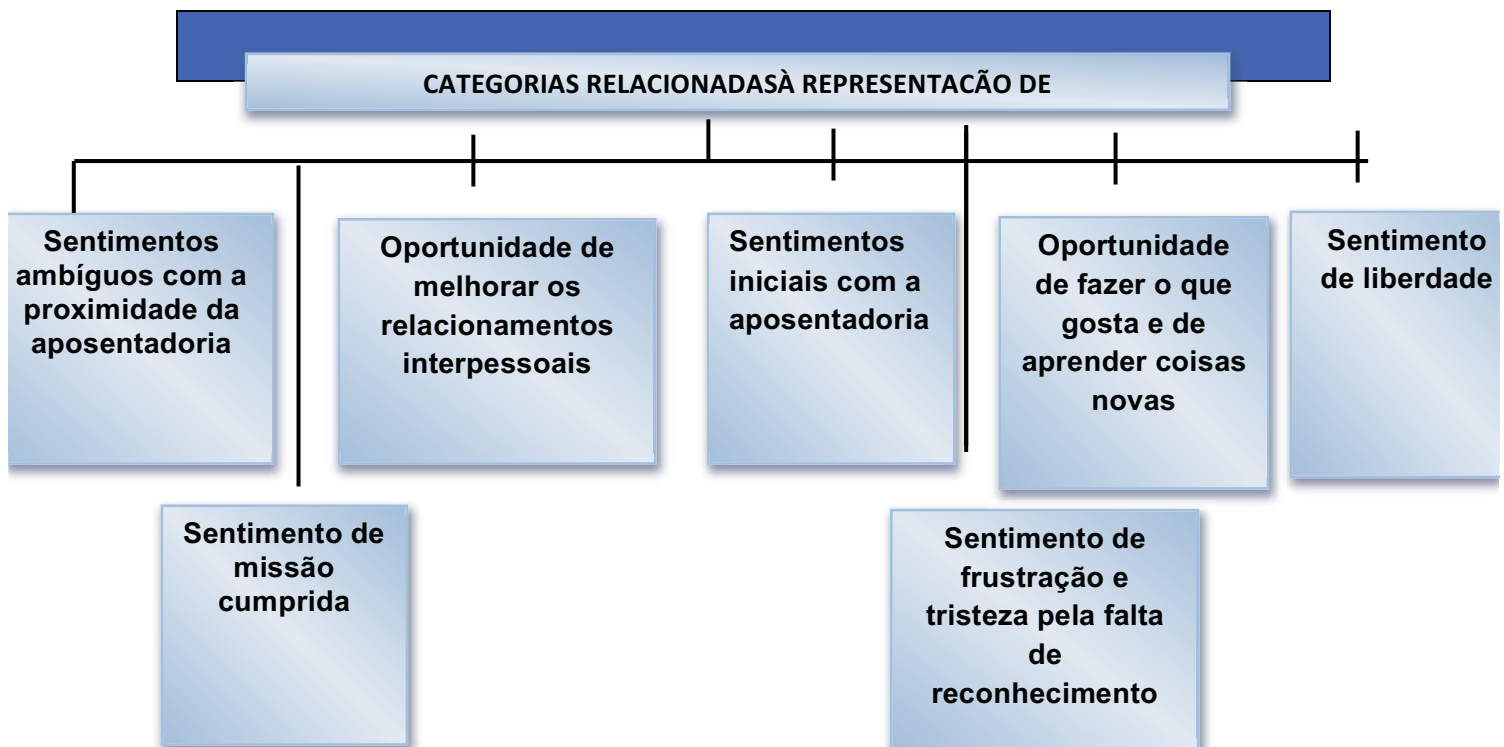


Figura 1-Categorias temáticas evidenciadas a partir das falas dos docentes de Enfermagem aposentados pela Universidade Estadual de Londrina - Pr, 2013

**5.1 ARTIGO– Representações Sociais da aposentadoria para enfermeiros
docentes do curso de enfermagem de uma universidade publica**

Vanessa Moraes Liberatti, Julia Trevisan Martins, Maria Lucia do Carmo Cruz Robazzi,
Alexandrina Aparecida Maciel Cardelli

Submissão: Revista Interface

Categoria: Artigo.

Representações Sociais da aposentadoria para enfermeiros docentes do curso de enfermagem de uma universidade pública

Representaciones sociales sobre la jubilación de los profesores de enfermería de una universidad pública

Social Representations about retirement for nursing faculty at a public university

Vanessa Moraes Liberatti¹

Julia Trevisan Martins²

Maria Lucia do Carmo Cruz Robazzi³

Alexandrina Aparecida Maciel Cardelli⁴

RESUMO

O estudo objetivou analisar as Representações Sociais da aposentadoria para enfermeiros docentes do curso de graduação em Enfermagem da Universidade Estadual de Londrina. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, com amostra por intencionalidade. Utilizou-se entrevista semiestrururada, gravada e os depoimentos foram categorizados mediante a técnica de Análise de Conteúdo. Adotou-se como pressuposto teórico a Teoria das Representações Sociais. Foram identificadas sete categorias de representação: de sentimentos ambíguos com a proximidade da aposentadoria; dos sentimentos iniciais da situação de aposentadoria; como oportunidade de fazer o que gosta e aprender coisas novas; como oportunidade de melhorar os relacionamentos interpessoais; de sentimento de liberdade; de sentimento de missão cumprida e de sentimento de frustração e tristeza pela falta de reconhecimento. Conclui-se que a aposentadoria propiciou sentimentos negativos tais como: algo da qual não tiveram opção, rotura da

¹ Enfermeira. Mestranda do Curso de Mestrado em Enfermagem da UEL. Rua Gustavo Barroso, 80. Apt.1003. Email: vanessa_liberatti@hotmail.com. 43. 84080596.

² Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Professora Adjunta Curso de Graduação em Enfermagem e do Curso de Mestrado em Enfermagem da UEL.

³ Enfermeira do trabalho. Doutora. Professora Titular da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, Centro Colaborador da OMS para o Desenvolvimento da Pesquisa em Enfermagem, Brasil.

⁴ Enfermeira. Doutora em Saúde Pública. Professora Associada do Curso de Enfermagem da UEL e do Curso de Mestrado em Enfermagem da UEL.

dinâmica pessoal e perda do espaço conquistado, mas, foi permeada também por sentimentos positivos como: possibilidade de concretizar sonhos, aumentar e melhorar o tempo de convívio com familiares e amigos, liberdade das tarefas obrigatórias e concretização de um projeto de vida.

Palavras-chave: Aposentadoria, Saúde do Trabalhador, Enfermagem, Docente.

Descritores: Aposentadoria, Saúde do Trabalhador, Enfermagem, Docente.

*Extraído da dissertação “**Representações Sociais da aposentadoria para enfermeiros docentes do curso de enfermagem de uma universidade pública** (UEL) 2013.

RESUMEN

El estudio tuvo como objetivo analizar las representaciones sociales de la jubilación para las enfermeras que enseñan el curso de licenciatura en enfermería de la Universidad Estatal de Londrina. Se trata de un estudio cualitativo con una muestra de la intencionalidad. Se utilizó la entrevista semiestructurada, registrados y los informes fueron clasificados por la técnica de análisis de contenido. Adoptado como supuesto teórico la Teoría de las Representaciones Sociales. Se identificaron siete categorías de representación: sentimientos ambiguos con la proximidad a la jubilación, los sentimientos iniciales de la situación de jubilación, como una oportunidad para hacerlo que les gusta y aprender cosas nuevas, como una oportunidad para mejorarlas relaciones interpersonales, la sensación de libertad, de sentido de la realización y el sentimiento de frustración y tristeza por la falta de reconocimiento. Llegamos a la conclusión de que para algunos de retiro era algo que no tenía opción, retiro puede ser visto como un fracaso de la dinámica personales, tales como la posibilidad de realizar sueños, aumentar y mejorar el tiempo que pasan juntos, la libertad de tareas obligatorias, tales como la entrega de un vida del proyecto y cómo la pérdida del espacio conquistado. Por lo tanto, la retirada permeado por sentimientos de negativo y positivo.

Palabras clave: Jubilación, Salud Ocupacional ,Enfermería , Profesor .

ABSTRACT

The study aimed to analyze the social representations of retirement for nurses teaching the undergraduate course in nursing from the State University of Londrina. It is a qualitative study with a sample of intentionality. We used semi-structured interview, recorded and reports were categorized by the technique of content analysis. Adopted as a theoretical assumption Theory of Social Representations. We identified seven categories of representation: ambiguous feelings with proximity to retirement; initial feelings of the situation retirement, as an opportunity to do what they like and learn new things, as an opportunity to improve interpersonal relationships, the feeling of freedom, of sense of accomplishment and feeling of frustration and sadness at the lack of recognition. We conclude that for some retirement was something that had no option, retirement can be seen as a failure of personal dynamics, such as the possibility of realizing dreams, enhance and improve the time spent together, freedom of mandatory tasks, such as delivering a project life and how loss of conquered space. Thus, the retirement permeated by feelings of negative and positive.

Key words: Retirement, Occupational Health , Nursing , Professor .

INTRODUÇÃO

O significado e o valor atribuído ao labor diferem para cada pessoa, de distintas culturas e nas épocas, bem como sofreu transformação devido às características sócias demográficas, políticas, econômicas e culturais (RIBEIRO, SMEHA, 2009 e VEIGA, 2011).

O trabalho é considerado mais do que a própria ação de trabalhar ou do trabalhador vender a sua força laboral em busca de salário, ele ainda é fundamental como fator de integração a determinado grupo com alguns direitos sociais (LANCMAN et al, 2003).

Assim, quando o indivíduo aposenta-se, inicia-se uma nova fase em sua vida na qual há uma serie de adaptações a serem feitas, pois até então, ele organizava sua rotina diária, com horários e relacionamentos sociais em função do seu trabalho que lhe garantia também uma identidade (RODRIGUES et al, 2005).

Ao se aposentar é imprescindível uma reorganização do seu plano de vida e de sua identidade, visto que a centralidade do labor na sociedade contemporânea confere uma perspectiva de exclusão social para aqueles em situação de aposentadoria (SILVA, 1999).

A gênese da palavra aposentar-se vem do verbo latino intransitivo *pausare*, que tem o sentido de pousar, parar, cessar e descansar, em francês, ao verbo *retirer* ou *retraiter*, cujo significado é retirar-se, isolar-se, recolher-se em casa e, em inglês, ao verbo *to retire*: ir embora, recolher-se. Na língua portuguesa, têm-se alguns conceitos tais como: que obteve aposentadoria, que deixou de trabalhar por falta de saúde ou por ter atingido determinado limite de idade; que não é mais utilizado, que perde a serventia ou que está alojado em um aposento (VASCONCELOS FILHO, 2007).

Com esse entendimento, pode se afirmar que estar aposentado tem uma forte relação com o deixar de ser útil, isto é, a pessoa aposentada é aquela que não participa mais de atividades consideradas importantes para a sociedade.

Denota-se que cada indivíduo tem uma forma de vivenciar a aposentadoria, que depende de seu contexto socioeconômico, cultural, da época em que se vive e da importância que o trabalho assume na construção da identidade pessoal; além disso, a percepção que o indivíduo tem sobre o trabalho reflete fortemente no processo de aposentadoria (BOTH, CARLOS; 2005).

Um fator que reforça o caráter aversivo à aposentadoria é a falta de planejamento do futuro, da aposentadoria e, conseqüentemente, do envelhecimento. Isso pode ocorrer pela falta de consciência da necessidade de planejamento, ou pela crença de que não há como intervir no futuro. Configura assim, um estilo negativista, na qual o indivíduo encontra dificuldade em se adaptar a essa nova fase da vida, podendo se sentir angustiado ou só (RODRIGUES et al, 2005).

Entretanto, para os que tiveram a oportunidade de planejar a sua aposentaria com maior tranquilidade, essa nova etapa pode ser enfrentada como uma fase para realizar um balanço de sua vida, de despertar para novas possibilidades, seguidas por um recomeço ou otimização da vida, significando viver com qualidade (CAMARANO, 2002).

É uma realidade cada vez mais presente no cenário nacional o aumento significativo do número de pessoas em situação de pré-aposentadoria e

aposentadoria. Torna-se, então, uma necessidade reestruturar as atenções disponibilizadas pelo Estado e pela sociedade, tendo em vista o atendimento às necessidades básicas da vida cotidiana dessas pessoas. Por outro lado, no contexto da produção científica, é imprescindível o desenvolvimento de estudos sistematizados que possam subsidiar a definição e ou redefinição de políticas públicas, bem como de implementação de estratégias de atendimento a esta população, considerando os diferentes subgrupos e as distintas necessidades em cada faixa etária (DUARTE, MELO-SILVA;2009).

Ressalta-se ainda que em banco de dados do *Survey of health, aging and retirement in Europe* (Share), que abarca 11 países europeus e contém informações de 27 mil indivíduos com idade acima de cinquenta anos foi recomendado o desenvolvimento de pesquisas constantemente com a finalidade de entender e propiciar o bem estar psicossocial do aposentado (SUPAN, HANK, JURGES; 2005).

Diante das considerações anteriores pode-se afirmar que a aposentadoria é uma etapa única na qual o homem se defronta com uma série de situações críticas, que estão ligadas entre si, e que podem interferir em sua qualidade de vida.

Entretanto, apesar da aposentadoria apresentar-se como um período de incerteza há que se considerar que coincide com a maturidade psicológica; a preparação para esta etapa da vida pressupõe que as organizações devem disponibilizar condições para os trabalhadores planejarem esta fase desafiadora para o indivíduo (FRANÇA, SOARES; 2009).

Entre os diversos trabalhadores que se submetem à aposentadoria encontram-se os docentes do ensino superior de Enfermagem, sujeitos do presente estudo.

Tendo em vista os aspectos anteriormente abordados, torna-se importante desenvolver o presente estudo que teve como objetivo analisar as Representações Sociais da aposentadoria para enfermeiros docentes do curso de graduação em Enfermagem da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Ao desvelar as representações da aposentadoria para esses profissionais pode-se colaborar com os gestores para que planejem ações junto aos trabalhadores que visem prepará-los para a compreensão e enfrentamento das mudanças advindas com a aposentadoria e, assim, contribuir com a promoção e prevenção de seus agravos à saúde.

METODO

Pesquisa exploratória, descritiva, com abordagem qualitativa, realizada com enfermeiras docentes do curso de graduação em Enfermagem, que se aposentaram após terem trabalhado na UEL. Todas exerceram atividades de docência por mais de 20 anos na referida instituição.

Adotou-se como critérios de inclusão estar aposentado há no mínimo dois anos, de ambos os sexos e não estar mais inserido em trabalho remunerado e como critério de exclusão os sujeitos aposentados que voltaram para atividades laborativas quaisquer que sejam.

A definição do número de sujeitos não se baseou em critérios de representatividade numérica. Assim, não se definiu um tamanho amostral, pois as entrevistas foram realizadas até ocorrer à convergência das falas, em relação ao fenômeno estudado o que aconteceu com nove entrevistadas (MINAYO, 2007).

A coleta de dados foi realizada nas residências dos participantes da pesquisa, de setembro a dezembro de 2012, por meio entrevistas individuais áudio gravadas após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A lista dos aposentados foi fornecida pela Pró-Reitoria de Recursos Humanos (PRORH) da referida universidade e, intencionalmente, foram escolhidos os indivíduos que atendiam aos critérios de inclusão.

Realizou-se contato prévio com os possíveis participantes do estudo utilizando-se de comunicação via telefone. Cabe ressaltar que um dos docentes aposentados recusou-se a participar da pesquisa.

As entrevistas foram desenvolvidas utilizando-se de um roteiro semiestruturado constituído de duas partes: a) questões objetivas concernentes ao perfil sócio demográfico dos entrevistados; b) questões norteadoras: O que representa estar aposentado para você? Que sentimentos você vivencia(ou) após sua aposentadoria?

Para a análise dos resultados utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo, na modalidade temática com as etapas: leitura, determinação das unidades de registro e significações, codificação e classificação; tratamento e interpretação dos resultados obtidos. Por meio da leitura flutuante, foi possível proceder as marcações das unidades de registro, organizando-as por temas e por meio de aproximações e distanciamentos construíram-se as categorias (BARDIN, 2011). As entrevistadas

foram identificadas utilizando-se a letra D(de docente), seguida de numeração arábica de 1 a 9 para a apresentação de suas falas.

Adotou-se como referencial teórico a Teoria das Representações Sociais (TRS), visto que, oportuniza analisar o pensamento social em sua dinâmica e diversidade. Essa teoria tem como objetivo elucidar a realidade social, produzir identidades, organizar as comunicações e orientar as condutas de forma leiga nas mais diversas culturas. As Representações Sociais (RS) são caracterizadas pelo modo da sociedade compreender e exprimir seus conceitos e valores sobre algum assunto (MOSCOVICI, 2009; JODELET, 2009).

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UEL sob o parecer nº 002/2012 e o estudo foi conduzido atendendo as normas nacionais e internacionais de ética em pesquisa envolvendo seres humanos.

RESULTADOS

Das nove mulheres que se tornaram sujeitos deste estudo uma tinha 58 anos de idade, cinco entre 60 e 69 anos e três com mais de 70; uma viúva, seis casadas e duas solteiras. Com relação ao tempo de aposentadoria duas apresentavam entre dois e quatro anos, cinco entre seis e dez anos e duas quinze anos; o tempo de trabalho na UEL foi de 25 a 30 anos.

A análise das falas levou à construção de sete categorias de representação: de sentimentos ambíguos com a proximidade da aposentadoria; dos sentimentos iniciais com a aposentadoria; como oportunidade de fazer o que gosta e de aprender coisas novas; como oportunidade de melhorar os relacionamentos interpessoais; de sentimento de liberdade; de sentimento de missão cumprida e de sentimento de frustração e tristeza pela falta de reconhecimento.

Com relação à categoria denominada **Representação de sentimentos ambíguos com a proximidade da aposentadoria**, as entrevistadas assim se expressaram:

“Ao mesmo tempo em que eu estava saturada, não queria mais, vivia um dilema, quero e não quero, fiquei meio indecisa, não sabia qual caminho deveria seguir, mas decidi por me aposentar mesmo” (D1).

“No início não estava muito consciente da minha decisão queria e não queria” (D4).

No que concerne a categoria nomeada como **Representação dos sentimentos iniciais com a aposentadoria**, esses sentimentos foram revelados por meios das seguintes falas:

“Logo que saiu a aposentadoria o sentimento foi muito ruim, foi um corte bruto, tive que tirar todos os meus materiais e jogar várias coisas fora. Vivi sentimentos de aflição por ter que deixar as amigas, fiquei entristecida, mas com a passar dos anos fui me acostumando” (D1).

“É um corte repentino, é muito sofrido, pois há tantos vínculos e de repente acaba tudo. Nos primeiros anos fiquei procurando atividades para compensar o meu trabalho eu fiquei ociosa e até depressiva por me afastar do trabalho” (D6).

Na categoria identificada **Representação como oportunidade de fazer o que gosta e aprender coisas novas**, as falas demonstram que:

“Posso fazer o que gosto, tenho mais oportunidade de sair, encontrar com as amigas, aprender coisas novas, me divertir” (D2).

“Posso fazer o que eu gosto, adoro cozinhar, assistir novelas coreanas, ler e viajar. Antes de aposentar o tempo era contado” (D7).

“Quando me aposentei decidi que faria as coisas que sempre quis fazer e nunca pude, agora faço o que gosto e sempre estou sempre aprendendo coisas novas” (D9).

Com relação à categoria denominada **Representação como oportunidade de melhorar os relacionamentos interpessoais**, os depoimentos revelaram que:

“Agora eu vejo que a aposentadoria proporcionou-me um tempo maior para curtir mais a casa, a família e o diálogo entre nós melhorou muito. E isso é ótimo! Além disso, temos a oportunidade de sair, encontrar as amigas, ficamos conversando, nos divertimos, não temos compromisso nenhum, é uma delícia” (D1).

“Melhorou muito a relação com a minha família, pude ter muito mais contato com meu neto, meus filhos, minhas colegas é uma delícia. Minhas colegas e eu temos até um grupo e saímos para passear, ir ao cinema, jantar. Sabe!!!! é maravilhoso” (D8).

No que diz respeito à categoria nomeada de **Representação de sentimento de liberdade** as expressões evidenciaram que:

“Não ter hora marcada, não ter responsabilidade, não ter compromisso, é muito prazeroso, não tenho saudades do trabalho, me sinto livre” (D3).

“Quando me aposentei, uma das primeiras coisas que fiz foi me livrar do relógio, não suportava mais ter compromissos com horário marcado, ser dependente do tempo. Hoje tenho a sensação de liberdade” (D9).

Na categoria **Representação de sentimento de missão cumprida** as falas indicaram que:

“Tenho sentimento de missão cumprida mesmo, me sinto tranquila, acredito que fiz minha parte profissionalmente. Encerrei minhas atividades profissionais com sentimento de dever cumprido” (D3).

“Sinto realmente que minha missão foi cumprida” (D5).

A última categoria denominou-se **Representação de sentimento de frustração e tristeza com a falta de reconhecimento** e têm-se o seguinte fragmento:

“Tenho sentimentos de frustração por não poder entrar e sair do hospital e da universidade a hora que eu tenho vontade, preciso ficar pedindo autorização, contribuí tanto, ajudei a construir tudo e hoje aposentada, não sou mais reconhecida, não posso mais pegar livros na biblioteca. Não devemos ser lembradas apenas por aquele momento de atuação profissional, mas por todo nosso ser, envolvendo reconhecimento, afetividade e respeito. Falta esse carinho, essa consideração, esse respeito com a gente” (D4).

DISCUSSÃO

Ao analisar as RS da aposentadoria para as entrevistadas, observa-se que existiram sentimentos ambíguos logo no início desta etapa. Sabe-se que quando os trabalhadores encontram-se na fase de pré-aposentadoria ou logo após a aposentadoria é comum surgirem conflitos internos e vivências de sentimentos de ambiguidade. Ao mesmo tempo em que desejam aposentar-se; apresentam dúvidas se devem tomar tal decisão e indagam como será a sua vida dali em diante. A aposentadoria é um momento de grandes mudanças que será vivido de forma diferente para cada indivíduo e depende também da capacidade de adaptação de cada um (ROMANINI, XAVIER, KOVALESKI, 2005).

Estudo realizado no Canadá aponta que a transição para a aposentadoria é uma fase em que as pessoas podem experimentar sentimentos de angústia, de perda da autoestima, da identidade, de nostalgia, de medo de perder os amigos, dentre outros. Assim, é de fundamental importância promover planejamentos que visem preparar os indivíduos para enfrentarem esta situação (OSBORNE, 2012).

Quando a aposentadoria é uma decisão melhor elaborada, o caminho de transição entre o que é conhecido e desconhecido torna-se mais legítimo. A transitoriedade de identidade e sua consequência quando estão mais claras, passa a ser vista como parte do processo de desenvolvimento, apropriando-se com maior consciência de cada nova etapa da vida, diminuindo o sentimento de insegurança e angústia diante do novo; encarado dessa maneira, a aposentadoria pode ser celebrada como marco de um novo momento de vida que pode ser muito prazerosa (SAVISHINSKY, 2002; DUARTE, 2009).

Logo após a concretização da aposentadoria, uma nova rotina instala-se e as pessoas experimentarem um período de desencantamento ou mesmo de depressão.

Quanto maiores forem as fantasias, os sonhos e as idealizações na fase de pré-aposentadoria o indivíduo sentirá mais intensamente o vazio do desencanto. A falência das fantasias representa o colapso de uma estrutura de escolhas, o que pode acarretar sentimentos depressivos na medida em que a pessoa deve recomeçar a estruturar sua vida com base na realidade da aposentadoria (MAGALHÃES, 2004).

Quando indivíduos estabelecem critérios para lidar de maneira rotineira com as mudanças e escolhas associadas à aposentadoria, as vivências serão de um cotidiano mais satisfatório. Entretanto, isso não acontece de uma hora para outra, há que se considerar o ser humano em sua singularidade, com suas especificidades e particularidades. Quando ocorre o período de estabilidade é que os indivíduos, de fato, assumem o seu papel de aposentados e passam a identificar quais são suas potencialidade e limitações (MAGALHÃES, 2004).

No presente estudo as entrevistadas afirmaram que a aposentadoria representou uma oportunidade de fazer o que gostam, de aprender o novo e de viajar. Na medida em que o aposentado adapta-se a nova fase ele tem a possibilidade de fazer um balanço de sua vida, de redescobrir o que gostava de fazer e de aprender coisas novas que até então não tinha tempo de realizar porque o trabalho lhe ocupava um tempo enorme de sua vida (ROMANINI, XAVIER, KOVALESKI, 2005).

No que concerne a possibilidade de viajar, os achados do presente estudo são semelhantes aos resultados de investigações nacionais e internacionais (BLEKESAUNE, SOLEM, 2005 E MOSCHIS, 2002) na qual a oportunidade de viajar foi identificada como uma facilidade e motivo de satisfação após a aposentadoria.

Também na presente pesquisa identificou-se a RS da aposentadoria como uma oportunidade de melhorar os relacionamentos interpessoais. Resultados idênticos foram desvelados entre mulheres americanas aposentadas ao demonstrar que passaram a ter a maior parte do tempo em atividades relacionadas à família, incluindo-se tempo com o marido/parceiro, filhos, netos, entre outros (PRICE, NESTERUK, 2010).

Estudo realizado na cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, teve como objetivo investigar e comparar as expectativas diante da aposentadoria de um mesmo grupo de pessoas em dois momentos de sua vida profissional, sendo o

primeiro grupo, prestes a se aposentar, com um prazo de um a três meses para efetivar a aposentadoria e o outro grupo, após já ter um ano de sua aposentadoria instituída. Os resultados mostraram que a possibilidade de contato maior com os familiares prevaleceu nas falas de ambos os grupos o que é semelhante aos desta investigação (DUARTE, 2009).

No que diz respeito à representação da liberdade com a aposentadoria, dados análogo aos do presente estudo foram desvelados em outras investigações, que apontaram a vivência da aposentadoria como sentimento de liberdade (DUARTE, 2009).

Estudo transversal realizado no México com profissionais da enfermagem de um Hospital Regional evidenciou que se aposentar significa dispor do tempo da maneira que se deseja, ou seja, liberdade para realizar as aspirações (TOLTECATL et al, 2006).

Outra investigação realizada na Universidade de Bologna, Itália, afirma que é imprescindível o trabalhador ter suporte externo como família e amigos, bem como da instituição na qual trabalha, visto que, reduz a ansiedade e o medo pela exclusão social advindos com a aposentadoria (CHIESA, SARCHIELLI, 2008).

Os resultados desta pesquisa no que tange a representação como sentimento de missão cumprida, estão em consonância com os de outros estudos que identificaram a aposentadoria como possibilidade de júbilo, sensação de dever cumprido ou recompensa pelos anos dedicados ao labor (GRAEFF, 2002).

Também foi apontada pelas entrevistadas a representação de sentimentos de frustração e tristeza com a falta de reconhecimento após a aposentadoria. É fato que a ausência de planejamento e ou de projetos de vida podem influenciar na adaptação às novas circunstâncias possibilitando causar angustia e solidão decorrentes da decepção e a dificuldade de vivenciar satisfação e sentir-se realizado como pessoa após o desligamento da ocupação profissional, mesmo que os sentimentos quando trabalhavam não fossem de total satisfação (RODRIGUES et al, 2005).

Denota-se ainda que os sentimentos de falta de reconhecimento, frustração, insatisfação e sofrimento que a aposentadoria pode desencadear estão relacionados com a perda do papel profissional e, os problemas psicológicos que podem surgir acontecem devido à ligação existente entre o trabalho e o reconhecimento. Então o

sujeito ao aposentar-se pode perder o papel profissional e o ponto de referência; por isso a aposentadoria torna-se algo indesejável e sofrível para muitos (MAGALHÃES, 2004; COSTA, BARBOSA, VILAS BOAS; 2012).

Culturalmente as atividades laborais são mais importantes na constituição da identidade e do *status* social do que as atividades sociais fora do ambiente de trabalho; então quando elas são interrompidas juntamente com os laços sociais ali estabelecidos, geralmente ocorrem prejuízos na qualidade de vida do sujeito. Assim, o aposentado que perdeu o papel profissional poderá sentir que perdeu ou prejudicou partes de si mesmo e vivencia sentimentos negativos diante da aposentadoria (ROMANINI, XAVIER, KOVALESKI, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que a RS de estar aposentado para as enfermeiras docentes do curso superior de enfermagem teve aspectos de ordem negativa como: sentimentos ambíguos com a proximidade da aposentadoria, isto é não sabiam se queriam ou não aposentar-se e vivenciaram incertezas; logo após a aposentadoria surgiram sentimentos de aflição, de tristeza e de depressão por terem que se afastar do trabalho, dos amigos e interromper bruscamente todas as atividades que envolviam o labor; ainda surgiram sentimentos de frustração e tristeza com a falta de reconhecimento pelo que foi realizado no tempo de atividade laboral. Infere-se que tais constatações indicam que a entrevistadas não se preparam adequadamente para esta nova etapa da vida.

Entretanto, como aspectos positivos da RS da aposentadoria têm-se: a oportunidade de fazer o que gosta, de aprender coisas novas, de viajar, de melhorar os relacionamentos interpessoais, de sentimentos de liberdade e de missão cumprida.

A presente investigação apresentou limitações devido à aposentadoria ser objeto de investigação que abarca a subjetividade e sofre influências do tempo, do espaço e das características específicas de cada sujeito entrevistado. Desta forma, é imprescindível considerar os resultados em sua singularidade, uma vez que retrata apenas a realidade de uma parcela de aposentados de uma universidade pública do sul do país.

Entende-se que esta pesquisa contribuiu como um ponto inicial para avaliar as RS sobre a aposentadoria destes profissionais e despertar a atenção dos gestores da instituição na qual se realizou a pesquisa em relação à necessidade de implementações ou de aprimoramento de ações que promovam efetivamente o preparo para a aposentadoria. Tal preparo deve ter capacidade de propiciar significativamente uma percepção positiva sobre esta nova fase da vida, mostrando as inúmeras possibilidades que este momento pode representar na vida.

REFERENCIAS

ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. Cadernos de Pesquisa, n. 117, novembro/ 2002 Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 127-147, novembro/ 2002.

BARDIN L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Ed.70. 2011:223.

BLEKESAUNE M., SOLEM, P.E. Working conditions and early retirement: A prospective study of retirement behavior. **Research on Aging**. v.27, n.1, p.3-30, 2005.

BOTH T.L., CARLOS S.A. Jubilamento: o interdito de uma vida de trabalho e suas repercussões na velhice. RBCEH – **RevBrasCiêncEnvelh Hum**. P.30-42, 2005.

CAMARANO A.A. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição **demográfica**. Rio de Janeiro: IPEA. 2002. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 11 dez. 2002.

CHIESA R., SARCHIELLI G. Prepararse para la jubilación: el papel del apoyo social en la gestión de la ansiedad. **Rev. psicol. trab. organ.** [revista en la Internet]. [citado 2013 Jun 03] ; v.24, n.3, p. 365-388, 2008. Disponível em: <http://scielo.isciii.es/pdf/rpto/v24n3/v24n3a06.pdf>

COSTA G.M.S, BARBOSA M., VILAS BOAS J.B.O. A percepção de trabalhadores e aposentados sobre as perdas e ganhos da aposentadoria. **Revista Kaleidoscópio** – Coronel Fabriciano-MG, Unileste. v. 3, p.01-18, 2012.

DUARTE, C. V.; MELO-SILVA, L. L. Expectativas diante da aposentadoria: Um estudo de acompanhamento em momento de transição. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, v. 10, n. 1, p. 45-54, 2009.

FRANÇA L.H.F.P., SOARES D.H.P. Preparação para a aposentadoria como parte da educação ao longo da vida. **Psicol. cienc. prof.[online]**.v.29, n.4, p. 738-751, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v29n4/v29n4a07.pdf>

GRAEFF L. Representações sociais da aposentadoria. **Textos sobre Envelhecimento**, Rio de Janeiro. v.4, n.7, p.19-34, 2002.

JODELET D. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF. v.24, n.3, p. 679-712, set/dez, 2009.

LANCMAN S. et al. Informar e refletir: uma experiência. **Rev.Ter.Ocup.Univ.** São Paulo. v.14, n.1, p.1-9, jan./abr, 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rto/article/viewFile/13909/15727>. Acesso em: 12 jul. 2011.

MAGALHÃES M.O. Padrões de ajustamento na aposentadoria. **Revista Aletheia Canoas**.v.19, p.57-68, 2004.

MINAYO M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10ªed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MOSCHIS G.P. **Retirement and retirees: An emerging business opportunity: Retirement is becoming business.** *Generation*. v.26, n.2, p.61-65, 2002.

MOSCOVICI S. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

OSBORNE J.W. Existential and psychological aspects of the transition to retirement. **European Journal of Psychotherapy and Counselling**.p.1–15, 2012.Disponível em: [http://retirement-emotional-social.ca/REJP_A_734472_O%20\(3\).pdf](http://retirement-emotional-social.ca/REJP_A_734472_O%20(3).pdf)

PRICE C.A., NESTERUK O. Creating Retirement Paths: Examples from the Lives of Women. **JournalofWomen&Aging**. v.22, p.136-149, 2010.

RIBEIRO L.J.B., SMEHA L.N. O que me leva continuar? A permanência do professor universitário aposentado no exercício de sua profissão. **Disc. Scientia**. Série: Ciências Humanas, S. Maria. v.10, n.1, p. 179-194, 2009.

RODRIGUES M. Etal.A Preparação para a Aposentadoria: o papel do psicólogo frente à essa questão. **Revista Brasileira Orientação Profissional**, Ribeirão Preto. v.6, n.1, p. 53-62, 2005.

ROMANINI D.P., XAVIER A.A.P., KOVALESKI J.L. Aposentadoria: período de transformações e preparação. **Revista Gestão Industrial**. v.1, n.3, p. 81-100, 2005.

SILVA MGS. Idosos aposentados: representações do cotidiano. **EstInterdisciplEnvelhec**. v. 1, p. 91-104, 1999.

SAVISHINSKY J. **Creating the right rite of passage for retirement**: Celebrate with care. *Generations*.v.26, n.2, p.80-82, 2002.

SUPAN A.B., HANK K., JURGES H. **A new comprehensive and international view on ageing**: introducing the survey of health, ageing and retirement in Europe. *Eur. J. Ageing*. v.2, p.245-253, 2005.

TEIXEIRA, M. C. T. V., SCHULZE, C. M. N., CAMARGO, B. V. (2002). Representações sociais sobre a saúde na velhice: um diagnóstico psicossocial na Rede Básica de Saúde. **Estudos de Psicologia (Natal)**, 7(2), 351 - 359.

TOLTECATL P.A. et al. Proyecto de vida posterior a la jubilación en el personal de enfermería de un hospital de segundo nivel. **Rev Cubana Enfermer** [revista en la Internet]. [citado 2013 Jun 03]; v.22, n.1, 2006.:Disponíbleen: <http://scielo.sld.cu/pdf/enf/v22n1/enf09106.pdf>

VASCONCELOS FILHO O.A. **Aposentadoria espontânea: uma nova leitura de seus efeitos no contrato de emprego**. *Jus Navigandi*, Teresina. v.1351, 2007. Disponível em <<http://jus.com.br/revista/texto/9599>> acesso em 13 de março de2011.

VEIGA K.C.G., FERNANDES J.D., PAIVA M.S. Estudo estrutural das representações sociais do trabalho noturno das enfermeiras. **Texto & Contexto Enfermagem**. v.20, n.4, p. 682-690, 2011.

6 Considerações Finais

A análise dos resultados deste estudo, realizada com nove enfermeiras docentes de enfermagem aposentadas pela UEL permite-nos afirmar que a representação da aposentadoria foi permeada por sentimentos positivos como:

- Uma oportunidade de fazer o que gostam, de aprender o novo;
- Uma oportunidade de melhorar os relacionamentos interpessoais.
- Um momento de vivenciar sentimentos de liberdade;
- Uma vivência de sentimentos de missão cumprida.

E como representação de sentimento negativo:

- Vivências de frustração e tristeza pela falta de reconhecimento pelo trabalho realizado.

Embora os resultados da presente investigação demonstrem que os objetivos propostos foram alcançados, a mesma apresentou limitações devido à aposentadoria ser objeto de investigação que abarca a subjetividade e sofre influências do tempo, do espaço e das características específicas de cada participante entrevistado. Desta forma, é imprescindível considerar os resultados em sua singularidade, uma vez que reflete a realidade de uma parcela de docentes de enfermagem aposentados por uma universidade pública do sul do país.

Entretanto, considera-se que esta pesquisa contribuiu como um ponto inicial para avaliar as RS sobre a aposentadoria destes profissionais e despertar a atenção dos gestores da instituição na qual se realizou a pesquisa em relação à necessidade de implementações ou de aprimoramento de ações que promovam efetivamente o preparo para a aposentadoria. Enfatiza-se que este deve

ter capacidade de propiciar significativamente uma percepção positiva sobre esta nova fase da vida, mostrando as inúmeras possibilidades que este momento pode representar.

Referências

AREOSA, S. V. C. O que pensam as mulheres e os homens idosos sobre o seu envelhecimento? *Revista virtual Textos e Contextos*,3 (3), 1-12, 2004.

ALENCAR, M. L. S. *Aposentadoria e velhice*: representações sociais de idosos aposentados e pensionistas. 2007. [Dissertação do Mestrado]. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará, Belém.

ALEXANDRE, M. Representação social: uma genealogia do conceito. *Revista Comum*, Rio de Janeiro, v.10, n 23, p. 122 a 138, julho/ dezembro, 2004.

ALMEIDA, A. M. O. Abordagem social da representações sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 3, p. 713-737, 2009.

AMARILHO, C. B. & CARLOS, S. A. (2006).O executivo-empreadedor, sua aposentadoria e o processo de afastamento do trabalho. *Estudos sobre o envelhecimento*, 8(1), 61-88.

ANTUNES, R. L. *O caracol e sua concha*: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho, São Paulo: Boitempo, 2005.

ASSUNÇÃO, A. Á.; OLIVEIRA, D. A. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349-372, maio/ago. 2009.

ASSUNÇÃO, A. A. Saúde e condições de trabalho nas escolas públicas. In: OLIVEIRA, D. A. (Org.). *Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 87-102.

AUSTROM, M. G.; PEKINS, A. J.; DAMUSK, T. M.; HENDRIE, H. C. Predictors of life satisfaction in retired physicians and spouses. *Soc. Psychiatry Epidemiol.*38: 134-141, 2003.

AZEVEDO, D.M.; MIRANDA, F.A.N. Teoria das representações sociais e ALCESTE: contribuições teórico metodológicas na pesquisa qualitativa. *Sau. & Transf. Soc.*, Florianópolis, v.3, n.4, p.04-10, 2012.

BARBOSA, K.F.S. *A experiência em famílias frente à doença renal terminal e o transplante bem sucedido*. 2013. 154. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. SP: Edições 70, 2011.

BEAUVOIR, S. *A velhice*. Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BEJARANO, N. R. R. Tornando-se professor de física: conflitos e preocupações na formação inicial [tese]. São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo; 2001.

BRASIL. *Lei nº 8.213, de* 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 jul, 1991. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/1991/8213.htm>>. Acesso em: 03 mar. 2009.

BRASIL. *Constituição 1988*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado; 1988. In: VadeMecum administrativo. Almeida, Andre Luiz Paes; MAZZA, Alexandre. 5ed. São Paulo: Ridel, 2013.

BRASIL. *Lei 8.842*, de 04 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF [acesso em 2013/05/02]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm

Referências

- BRASIL. **Lei nº 10.741**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Brasília. 2003.
- BRASIL. Ministério da Saúde do Brasil. Representação no Brasil da OPAS/ OMS. **Doenças relacionadas ao trabalho**: manual de procedimentos para os serviços de saúde na atenção à saúde do trabalhador. Brasília (DF): MS, 2001. p. 19-26.
- BOHOSLAVKY, R. **Orientação profissional**: a estratégia clínica. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BOSCHETTI, I. Implicações da reforma da previdência na seguridade social brasileira. **Psicologia & Sociedade**. Brasília. 15(1): 57-96, 2003.
- BOTH T.L, CARLOS S.A. Jubilamento: o interdito trabalho e suas repercussões na velhice. RBCEH – **RevBrasCiêncEnvelh Hum**. 2005:30-42.
- BRÊTAS A.C.P. Envelhecimento e trabalho. In: Oliveira EM, Scavone L, organizadoras. *egênero na era da globalização*. Goiânia: AB **Trabalho, saúde**. Editora; 1997. p. 61-67.
- BRONTE, L. Is retirement dangerous to your health? **Across the Board**, v. 39, n. 2, p. 52-55, 2002.
- BUENO, S. M. V.; MOKWA, V. M. N. F. **Educação para a saúde**. Ribeirão Preto: FIERP, 2007. 117 p.
- BULGACOV, Y. L. M. et al. Programa de preparação para a aposentadoria: uma política de desenvolvimento humano. **InterAÇÃO**, Curitiba, v.3, p.79 – 94, jan./dez. 1999.
- BULLA, L. C.; KAEFER, C.O. Trabalho e aposentadoria: as repercussões sociais na vida do idoso aposentado. **Revista virtual textos & contextos**, n.2, dez. 2003. Disponível em:
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/957/737>

BURGATTI, JC. ***A contribuição do estágio curricular supervisionado no desenvolvimento da dimensão ética da competência de graduados em enfermagem*** [tese]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2012.

CABECINHAS, R. Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. ***Paidéia***, 14 (28), 125-137, 2004.

CALDAS, C.P. Envelhecimento com dependência: responsabilidades e demandas da família. ***Cadernos de Saúde Pública***, 19(3), 773-781. 2003.

CALLIGARIS, C. (2000). ***A adolescência***. São Paulo: Publifolha.

CAMACHO, A.C.L.F., COELHO M.J. Políticas públicas de saúde do idoso: revisão sistemática ***Rev Bras Enferm***, Brasília 2010 mar-abr; 63(2): 279-84.

CAMARANO, A. A. ***O idoso brasileiro no mercado de trabalho***. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

CAMARANO, A. A. ***Os Novos Idosos Brasileiros: muito além dos 60?*** (org.), Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, T. ***Introdução***. In: CAMARANO, A. A. (org.). ***Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?***. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CARLOS, S. A. *et al.* Identidade, Aposentadoria e Terceira Idade. ***Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento***, Porto Alegre, v. 1, p. 77-88, 1999.

CARLOTTO, M. S. A Síndrome de Burnout e o trabalho docente. ***Psicologia em Estudo***, Maringá, v. 7, n. 1, p. 21-29, jan./jun. 2002.

CARLOTTO, M. S. Burnout e trabalho docente: considerações sobre a intervenção. ***Rev. Eletrônica Inter Ação Psy***, Maringá, v. 1, n. 1, p. 12-18, ago. 2003.

CARVALHO, J.A.M., GARCIA, R.A. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.29, n.3, p.725-33. 2003.

CHAUI, M. S. *O que é ideologia?* **Brasiliense**, São Paulo, 2001.

CONSOLARO, A. **O ser professor: arte e ciência no ensinar e aprender**. 2. ed. Maringá: Dental Press Internacional, 2000. 282 p.

CORRAL-MULATO S. **O docente universitário em Enfermagem e a Síndrome de Burnout: uma questão de educação para a saúde**. 2008. 149 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Escola da Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo Ribeirão Preto, 2008.

DAL RI, N. M. Universidade e sociedade. In: CARARA, K. (org). **Educação, universidade e pesquisa**. São Paulo: FAPESP, 2001. p. 3-7.

D'ANDREA, F. F. **Desenvolvimento da personalidade: enfoque psicodinâmico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

DEJOURS, C. **Da psicopatologia a psicodinâmica do trabalho**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

DEJOURS, C. A. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

DEJOURS, C; ABDOUCHELI, E; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho: contribuição da escola Dejouriana á análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011.

DUBAR, C. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

EBISUI, C. T. N. **A identidade profissional do enfermeiro professores do ensino técnico de Enfermagem**. 2004. 190 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2004.

FALEIROS, V. P. **A política Social do Estado Capitalista**. São Paulo: Cortez, 1982.

FARR, R. M. **Representações sociais: a teoria e sua história**. In: GUARESCHI, Pedrinho. et al (Orgs.) **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 31 – 59.

FERNANDES, E. **A distinção entre senso comum, conhecimento filosófico e conhecimento científico**. 2010. Laboratório de licenciatura e pesquisa sobre o ensino da filosofia, UERJ. Disponível em: <http://lperfil-uerj.net/textdidat/114-2010-a-distincao-entre-senso-comum-conhecimento-filosofico-e-conhecimento-cientifico>. Acesso em 18 jan. 2013.

FERREIRA, E. M. **Satisfação profissional do enfermeiro docente no ensino superior de enfermagem** / Elaine Maria Ferreira. – São Paulo, 2010. 144 p.

FLICK, UWE. **Introdução a pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.405.p

FRANÇA, L. H. **Attitudes towards retirement: a cross-cultural study between New Zealand and Brazilian executives**. 2004. Non-published PhD Thesis. Postgraduate Programme in Psychology, University of Auckland, New Zealand.

FRANÇA, L. H. **O desafio da aposentadoria**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

FRANÇA, L.; STEPANSKY, D. (Orgs.). **Propostas multidisciplinares para o bem-estar na aposentadoria**. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2012.

-
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- GARCIA, A. N. M. et al. Indicadores antropométricos na avaliação nutricional de idosos: um estudo comparativo. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 20, n. 4, p. 371-378, 2007.
- GARCIA, M. (2006). Reorientação profissional em grupo – planejamento por encontros. In M. D. Lisboa & D. H. P. Soares (Orgs.), *A orientação profissional em ação: formação e prática de orientadores profissionais* (2a ed., pp. 144-168). São Paulo: Summus.
- GARCIA, L. P.; BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. Investigando o Burnout em professores universitários. **Rev. Eletrônica Inter Ação Psy.**, Maringá, v. 1; n. 1; p. 76-89, ago. 2003.
- GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. Á. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p.189-199, maio/ago. 2005.
- GIATTI, L.; BARRETO, S. M. “Saúde, trabalho e envelhecimento no Brasil” **Cad. Saúde Pública**, v.19, n.3, Rio de Janeiro jun. 2003. Disponível em:<<http://www.scielo.org/index.php>>. Acesso em: 06 nov. 2006.
- GIMENO SACRISTÁN, J.; PÉREZ GOMEZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- GOLDANI, A. M. **Relações intergeracionais e reconstrução do Estado de Bem-Estar**: Por que se deve repensar essa relação para o Brasil? In: CAMARANO, A.A. (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 211-250.

Referências

GUERRA, G. C. M.; ICHIKAWA, E. Y.; SHINZAKI, K.; SACHUK, M. I. A representação social da profissão de contador na perspectiva dos profissionais da contabilidade. *Revista de Contabilidade e Organizações*, vol. 5 n. 12 (2011) p. 157-171. Disponível em:

<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=235221531009&idp=1&cid=429097>

HADDAD, E. G. M. *O direito à velhice*: os aposentados e a previdência social. São Paulo: Cortez, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em:

http://images.ig.com.br/publicador/ultimosegundo/arquivos/cdocuments_and_settings/gscsouzameus

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Primeiros resultados definitivos do Censo 2010: população do Brasil é de 190.755.799 pessoas. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1866&id_pagina=1

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo da População de Londrina 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=411370>

JAYASHREE, V.; RAO, T. R. Effects of work status on adjustment and the life satisfaction of the elderly. *Indian Journal of Clinical Psychology*, 18(2), 41-44, 1991.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002. p. 17-44.

KEMP, C. L.; ROSENTHAL, C. J.; DENTON, M. Financial planning for later life: subjective understandings of catalysts and constraints. *Journal of Aging Studies*. 19: 273-290, 2005.

Referências

KIM, S., FELDMAN, D. Working in retirement the antecedents of bridge employment and its consequences for quality of life in retirement. *Academy of Management Journal*. V.43, n. 6, p. 1195 – 1210. 2000.

KRELING, N. ***Trabalhadores mais maduros predominam na região metropolitana de Porto Alegre (RMPA):*** formas de inserção na ocupação e desemprego. In: Bastos R, Coordenadores. *Dimensões da precarização do mercado de trabalho da região metropolitana de Porto Alegre*. Porto Alegre: FEE; 2007. p.154-93.

LANCKMAN, S., et al. Informar e refletir: uma experiência. ***Rev.Ter.Ocup.Univ.*** São Paulo. , v.14, n. 1, p.1-9, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rto/v14n1/02.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2011.

LEONELLO, V. M. Processo de trabalho docente no ensino superior de enfermagem: possibilidades e desafios em diferentes contextos institucionais / Valéria Marli Leonello. -- São Paulo, 2012.164 p.

LIPP, M. **O stress do professor**. Campinas: Papirus, 2002.

LOPES, A. ***Dependência, Contratos Sociais e Qualidade de Vida na Velhice.*** In: SIMSON, O. R.M. V.; NERI, A. L.; CACHIONI, M. *As múltiplas faces da velhice no Brasil*. Campinas: Editora Alínea, 2003. p. 129 – 140.

MAGALHÃES, M.O., KRIEGER, D.V., VIVIVAN, A.G., STRALIOTTO, M. C. S., POETA, M. P. Padrões de Ajustamento na Aposentadoria. Ed. 19. Canoas, RS: Aletheia. 2004 jan/jun.

MAGALHÃES, M.O; KRIEGER, D.V; VIVIAN, A.G; STRALIOTTO, M. C. S, MARQUES, R.M.M; EUZEBY, A. *Um regime único de aposentadoria no Brasil: pontos para reflexão.* ***Revista Nova Economia***.Belo Horizonte, set./dez.2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid>.

Referências

MAGNABOSCO-MARTINS, CR; CAMARGO, BV; BIASUS, F. Representações sociais do idoso e da velhice de diferentes faixas etárias. **Universitas Psychologica**, Bogotá, v.8, n.3, p. 831-847, set-dez, 2009.

MANCEBO, D. Trabalho docente: subjetividade, sobre implicação e prazer. **PsicolReflexCrit** [Internet]. 2007 [citado 2012 jul. 05];20(1):74-80. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/prc/v20n1/a10v20n1.pdf>

MANZINI, E. J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Org.). **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: Eduel, 2003b. p.11-25.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E.M. Metodologia científica. 5. ed.**Rev. Ampl.**São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, C.R.M.; CAMARGO, B.V.; BIASUS, F. Representações Sociais do idoso e da velhice de diferentes faixas etárias. **UniversitasPsychologica**,8(3), 831-847, 2008.

MARTINS, Y.; BICUDO, M. A. V. **A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos**. São Paulo: Moraes, 2006.

MARTIS, J.T., ROBAZZI, M.L.C.C.R. Estratégias defensivas utilizadas por enfermeiros de unidade de Terapia Intensiva: reflexão na ótica Dejourinana. **CiecCuid**. Maringá, v.11, n.supl. p.34-41, 2012. Disponível em: <periodicos.uem.br/ojs/index.php/CienCuidSaude/article/view/5071>. Acesso em: 25 jan.2013.

MARTINS, J.T., ROBAZZI, M.L.C.C., PLATH, G.A. Satisfação e insatisfação entre auxiliares e técnicos de enfermagem de uma unidade de internação feminina de um hospital escola. **CiencEnferm**. [Internet].2007 [citado 2012 jul 25];13(1):25-33. Disponível em: <http://www.scielo.cl/pdf/cienf/v13n1/art04.pdf>.

Referências

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1998. (Livro 1. p. 221).

MASETTO, M. (org.). **Docência na universidade**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2001.

MENDES, F. R. C. (2005). **Capacidade funcional e acessibilidade do ambiente domiciliar de idosos atendidos em um programa de assistência domiciliar ao idoso**. Disponível em: <<http://www.portaldoenvelhecimento.net/artigos/artigo665.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2006.

MINAYO, M. C. S. (org) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 20.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003

MINAYO, M. C. S. **O desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINAYO. M.C.S. (2007). **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde** (5ª ed.). São Paulo: Hucitec/Abrasco.

MINGUILI, M. G. **O desejo do futuro como articulador das atividades de um curso**. In: Universidade Estadual Paulista. V Circuito Prograd – Pró-reitoria de graduação. São Paulo: UNESP, 1996. p. 27-40.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Anuário Estatístico da Previdência Social. Brasília, DF, 2007, p. 866. Disponível em: <<http://www.previdenciasocial.gov.br/conteudoDinamico.php?id=423>>. Acesso em: 20 set. 2009.

MORAES, M. P. **Satisfação e insatisfação no trabalho de enfermeiros de um hospital universitário**. 2012. 118fls. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

MORESCO, M. S. M.; STAMOU, S. P. V. O significado do trabalho. **Revista de Divulgação Técnico-Científica do ICPG**. v. 2, n. 7, 2004.

MOROSINI, M. C. **Docência universitária e os desafios da realidade nacional**. In: Morosini MC, organizador. Professor do ensino superior: identidade, docência e formação. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais; 2000. p.11-20.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigação em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais** – Investigações em Psicologia Social (7a ed.) São Paulo: Vozes, 2010.

MORAGAS, R. **Gerontologia social: envelhecimento e qualidade de vida**. Trad. Nara C. Rodrigues. São Paulo, Paulinas, 2004.

MORI, M. M. **Aposentadoria e trabalho: Investigações sobre a (re)inserção do idoso no Mercado de trabalho**. 2006, 110f. Dissertação (Mestre em Gerontologia) __Programas de Estudos Pos-Graduados em Gerontologia, Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo: 2006.

MOURÃO, L. & ANDRADE, J. E. B. (2001). **Significado do trabalho, caminhos percorridos e sinalização de tendências**. In *Anais do XXV ANPAD* (p. 306). Salvador: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração.

Referências

NASCIMENTO, A.J.R.; RABELO, F.C. Memória e envelhecimento: Narrativas sobre questões de gênero e do mundo do trabalho. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 333---342, 2008. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=70311249021>>. Acesso em: 02 nov. 2009.

NERI, A. L. **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Edições SESC, 2007.

NOVAES, M. H. **Psicologia da terceira idade: conquistas possíveis e rupturas necessárias**. 2.ed. amp. Rio de Janeiro: NAU, 2000.

NOVO, L.F., FOLHA, F. A. S. Importância da preparação à aposentadoria: a fala de servidores aposentados da UFPEL. 2010. Disponível em: http://www.inpeau.ufsc.br/wp/wp-content/BD_documentos/coloquio10/196.pdf

OLIVEIRA, C. **Análise do bem-estar psicossocial de aposentados do município de Goiânia-GO** / Catarino de Oliveira. 2008. [Dissertação de Mestrado] Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Saúde, da Universidade Católica de Goiás, – 132f.

OLIVEIRA, K. L. de et al. Relação entre ansiedade, depressão e desesperança entre grupos de idosos. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 2, p. 351-359, maio/ago. 2006.

PAULIN, G.S.T., OLIVEIRA, M.L. Terapia ocupacional no processo de envelhecimento e aposentadoria: construção de espaços saudáveis. **O mundo da saúde**. São Paulo: 2009; 33(2):246-252.

PEIXOTO, C. E. **Família e envelhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PERES, M.A.C. **Velhice, trabalho e cidadania: as políticas da terceira idade e resistência dos trabalhadores idosos à exclusão social**. 2007, 372f. tese (Doutorado

em Educação)- Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação da FE-USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

REIS, S. L. A.; BELLINI, M. Representações sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental. **Acta Scientiarum. Humanand Social Sciences**. Maringá, v. 33, n. 2, p. 149-159, 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewFile/10256/pdf>

RIBEIRO, M. H. C. A. **Aposentadoria Especial**. 3ª ed. Paraná: Juruá, 2009.

RIBEIRO, L.J.B.; SMEHA, L.N. O que me leva continuar? A permanência do professor universitário aposentado no exercício de sua profissão. **Disc. Scientia**. Série: Ciências Humanas, S. Maria, v. 10, n. 1, p. 179-194, 2009.

RODRIGUES, M. *et al.* A Preparação para a Aposentadoria: o papel do psicólogo frente à essa questão. **Revista Brasileira Orientação Profissional**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p. 53-62, jun. 2005.

RODRIGUES, M. T. P.; MENDES, J. A. de C. Enfermeiro professor: um diálogo com a formação pedagógica. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 59, n. 3, p. 456-459, maio/jun. 2006.

ROMANINI, D. P., XAVIER, A. A. P. & KOVALESKI, J. L. (2004). **Aposentadoria: período de transformações e preparação**. In *Anais do XXIV ENEP* (pp. 2469-2476). Florianópolis: Associação Brasileira de Engenharia da Produção.

ROMANINI, PD et al. Aposentadoria: período de transformações e preparação. **Revista Industrial**. V.01, n.03, p. 81-100, 2005.

ROSEMBERG, D. S. **O processo de formação continuada de professores: do instituído ao instituinte**. Niterói: Walk; 2002.

Referências

ROSSATO, R. **Universidade**: nove séculos de história. Passo Fundo: Ediupf, 1998. 235 p.

RUBIN, H. J.; RUBIN, I. S. (2005). **Qualitative interviewing**: The art of hearing data (2nd ed.). Thousand Oaks, UK: Sage.

SÁ, J. L. M. **A formação de recursos humanos em Gerontologia**: fundamentos epistemológicos e conceituais. In: FREITAS, E.V. et al, editor. Tratado de Geriatria e Gerontologia. 1 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2002.p. 1473-9.

SANTOS, M. F. **Identidade e aposentadoria**. São Paulo: EPU, 1990.

SANTOS, S. S. C. **Enfermagem Gerontogeriatrica**. São Paulo: Robe, 2001.

SANTOS, M. F. S. A teoria das representações sociais. In: SANTOS, M. F. S.; ALMEIDA, L. M. de. (Org.). **Diálogos com a teoria das representações sociais**. Recife: UFPE, 2005.

SILVA, M.G.S. **Idosos aposentados: representações do cotidiano**. Est InterdisciplEnvelhec. 1999;1:91-104.

SILVA, R.M, BECK, C.L.C, GUIDO, L.A, LOPES, L.F.D, SANTOS, J.L.G. Análise quantitativa da satisfação profissional dos enfermeiros que atuam no período noturno. **Texto Contexto Enferm**.2009;18(2):298-305.

SILVA, A. N. da; CAMILLO, S. de O.A educação em enfermagem à luz do paradigma da complexidade. **RevEscEnferm USP**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 403-410, 2007.

SIMÕES, J. A. A Previdência Social no Brasil: um histórico. In: NÉRI, A. L. et al (org.). **Velhice e Sociedade**. Campinas, SP: Papyrus, 2004, p. 85-111.

SIQUEIRA, R., Botelho, M. & COELHO, F. (2002). A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, 7 (4), 899-906.

SOARES, D. H. P.; COSTA, A. B.; ROSA, A. M.; OLIVEIRA, M. L. S. Aposentação programa de preparação para aposentadoria. *Estud. interdiscip. envelhec.*, Porto Alegre, v. 12, p. 143-161, 2007.

SOUZA RF et al. Reflexões sobre o envelhecimento e trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15 (6): 2835-2843,2010.

STELMACHUK, M. S. L. (2005). *Sentidos do trabalho para idosos em exercício profissional remunerado*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SUPAN, A. B.; HANK, K.; JURGES, H. A new comprehensive and international view on ageing: introducing the survey of health, ageing and retirement in Europe. *Eur. J. Ageing*. 2: 245-253, 2005.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. *Estatuto e regimento geral*. Londrina: Ed. UEL, 1996. 62p.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. *Estatuto e Regimentos da UEL*. Londrina: Ed. da UEL, 1974. 228 p.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Resolução CEPE no 0256/2009 de 11 de dezembro de 2009. *Reformula o projeto pedagógico do curso de enfermagem, a ser implantado a partir do ano letivo de 2010*. Disponível em: <http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/resolucoes/2009/resolucao_256_09.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2011.

VASCONCELOS FILHO, O. A. Aposentadoria espontânea: uma nova leitura de seus efeitos no contrato de emprego. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 12, nº1351, 2007. Disponível em < <http://jus.com.br/revista/texto/9599>> acesso em 13 de março de 2011.

VASCONCELOS, M. D. O trabalho dos professores em questão. **Edu. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 81, p. 78-84, 2002.

VEIGA, K. C. G.; FERNANDES, J. D.; PAIVA, M. S. Estudo estrutural das representações sociais do trabalho noturno das enfermeiras. **Texto & Contexto Enfermagem**, 20(4), 682-690, 2011.

VRIES, M. Síndrome da aposentaria. **Revista HSM Management**, v. 8, n. 41, p.182-190, 2003.

WACHELKE, J. F. R.; CAMARGO, B. V. Representações sociais, representações individuais e comportamento. **Inter american Journal of Psychology**, Austin, v. 41, n. 3, p. 379-390, 2007.

WEBLER, R. M.; RISTOW, M. R. O mal-estar e os riscos da profissão docente. **Ciênc Soc Rev.**, Cascavel, v. 6, n. 11.p. 54-60, 2006.

ZANELLI, J. C. O programa de preparação para aposentadoria como um processo de intervenção ao final de uma carreira. **Revista do CFH, UFSC**, 5,157-175, 2000.

ZANELLI, J.C.; BORGES-ANDRADE, J.E.; BASTOS, A.V.B. (Orgs.). **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ZANELLI, J. C.; SILVA, N.; SOARES, D. H. P. **Orientação para aposentadoria nas organizações de trabalho**: construção de projetos para o pós-carreira. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Apêndices

APÊNDICE 1**FORMULÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICO**Dados de identificação

1. Idade: _____ anos

2. Sexo: () Masculino () Feminino

3. Estado Conjugal: () Solteira () Casada () Divorciada () Viúva () Outro

4. Tempo de Aposentadoria: _____ anos

5. Tempo de trabalho como docente: _____ anos

APÊNDICE 2**ROTEIRO SEMIESTRUTURADO/ENTREVISTA**

- Fale-me o que representa estar aposentado para você
- Conte-me que sentimentos você vivencia(ou) após sua aposentadoria

Apêndice 3

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Vimos por meio deste convidá-lo (a) para participar da pesquisa intitulada **“Representações Sociais da aposentadoria para docentes de enfermagem de uma universidade pública”** Para tanto solicitamos que preencha os dados abaixo e assine.

Eu, _____, RG nº. _____ abaixo assinado, concordo em participar livremente desta pesquisa que será realizada pela aluna de mestrado Vanessa Liberatti, tendo como orientadora a docente de Enfermagem do Curso de Enfermagem Dr^a Júlia Trevisan Martins. O objetivo geral deste estudo é Analisar as representações sociais da aposentadoria para docentes de Enfermagem da Universidade Estadual de Londrina e específicos caracterizar sociodemograficamente os docentes aposentados quanto a: idade, sexo, tempo de aposentadoria e estado civil e Identificar os sentimentos vivenciados com a aposentadoria. Estou ciente de que minha participação realizar-se-á por meio de entrevista com questões fechadas e abertas que serão gravadas e transcritas para análise com códigos para manter o sigilo. Tanto as fitas gravadas como as transcrições das mesmas serão armazenadas por cinco anos e após este período serão incineradas. As transcrições das entrevistas terão como identificador a palavra “Envelhecimento” e serão deletadas com esse identificador. Ainda estou ciente que terei assegurado meus direitos de: retirar meu consentimento e participação a qualquer momento, sem que isso traga prejuízos à minha pessoa; poder solicitar informações durante toda a fase da pesquisa, inclusive após a publicação da mesma, ter minha participação voluntária, sem direito a qualquer remuneração e que seu anonimato será preservado sendo que as suas respostas não serão relacionadas à sua pessoa, de forma alguma.

Londrina, ____ de _____ de _____

Assinatura do Entrevistado

Assinatura do Entrevistador

Telefones/ e-mails para contato. Pesquisadora – Vanessa Moraes Liberatti -Fone (43) 8408-0596E-MAIL: vanessa_liberatti@hotmail.com Comitê de Ética: Fone (43) 3371-2490. Av. Robert Kock nº 60

Anexos

Anexo 1

Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da UEL



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS
Universidade Estadual de Londrina
Registro CONEP 5231

Parecer CEP/UEL:	002/2012
CAAE:	0344.0.268.000-12
Processo:	38269/2011
Pesquisador(a):	Julia Trevisan Martins
Unidade/Órgão:	CCS – Departamento de Enfermagem

Prezado(a) Senhor(a):

O "Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina" (Registro CONEP 5231) – de acordo com as orientações da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/MS e Resoluções Complementares, avaliou o projeto:

"ENVELHECER APOSENTAR-SE COM QUALIDADE DE VIDA: PERCEPÇÃO DE FUNCIONÁRIOS DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA"

Situação do Projeto: **Aprovado**

Informamos que deverá ser comunicada, por escrito, qualquer modificação que ocorra no desenvolvimento da pesquisa, bem como deverá ser encaminhado ao CEP/UEL relatório final da pesquisa, conforme prevê a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/MS e Resoluções Complementares.

Londrina, 02 de abril de 2012.

Prof. Dra. Alexandrina Aparecida Maciel Cardelli
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos
Universidade Estadual de Londrina

ANEXO 2

NORMAS DE PUBLICAÇÃO DA REVISTA INTERFACE

Instruções aos autores

- Projeto e política editorial
- Forma e preparação de manuscritos
- Submissão de originais

Projeto e política editorial

INTERFACE — Comunicação, Saúde, Educação publica artigos analíticos e/ou ensaísticos, resenhas críticas e notas de pesquisa (textos inéditos); edita debates e entrevistas; e veicula resumos de dissertações e teses e notas sobre eventos e assuntos de interesse. Os editores reservam-se o direito de efetuar alterações e/ou cortes nos originais recebidos para adequá-los às normas da revista, mantendo estilo e conteúdo.

A submissão de manuscritos é feita **apenas online**, pelo sistema *Scholar One Manuscripts*.

Toda submissão de manuscrito à Interface está condicionada ao atendimento às normas descritas abaixo.

Forma e preparação de manuscritos

SEÇÕES

Dossiê — textos ensaísticos ou analíticos temáticos, a convite dos editores, resultantes de estudos e pesquisas originais (até sete mil palavras).

Artigos — textos analíticos ou de revisão resultantes de pesquisas originais teóricas ou de campo referentes a temas de interesse para a revista (até sete mil palavras).

Debates — conjunto de textos sobre temas atuais e/ou polêmicos propostos pelos editores ou por colaboradores e debatidos por especialistas, que expõem seus pontos de vista, cabendo aos editores a edição final dos textos. (Texto de abertura: até seis mil palavras; textos dos debatedores: até mil palavras; réplica: até mil palavras.).

Espaço aberto — notas preliminares de pesquisa, textos que problematizam temas polêmicos e/ou atuais, relatos de experiência ou informações relevantes veiculadas em meio eletrônico (até cinco mil palavras).

Entrevistas — depoimentos de pessoas cujas histórias de vida ou realizações profissionais sejam relevantes para as áreas de abrangência da revista (até sete mil palavras).

Livros — publicações lançadas no Brasil ou exterior, sob a forma de resenhas críticas, comentários, ou colagem organizada com fragmentos do livro (até três mil palavras).

Teses — descrição sucinta de dissertações de mestrado, teses de doutorado e/ou de livre-docência; título, palavras-chave e resumo (até quinhentas palavras) em português, inglês e espanhol. Informar o endereço de acesso ao texto completo, se disponível na internet.

Criação — textos de reflexão com maior liberdade formal, com ênfase em linguagem iconográfica, poética, literária etc.

Informes — notas sobre eventos, acontecimentos, projetos inovadores (até duas mil palavras).

Cartas — comentários sobre publicações da revista e notas ou opiniões sobre assuntos de interesse dos leitores (até mil palavras).

Observação: **na contagem de palavras do texto, excluem-se título, resumo e palavras-chave.**

SUBMISSÃO DE ORIGINAIS

Interface - Comunicação, Saúde, Educação aceita colaborações em português, espanhol e inglês para todas as seções. Apenas trabalhos inéditos serão submetidos à avaliação. Não serão aceitas para submissão traduções de textos publicados em outra língua.

Nota: para submeter originais é necessário estar cadastrado no sistema. Acesse o link <http://mc04.manuscriptcentral.com/icse-scielo> e siga as instruções da tela. Uma vez cadastrado e logado, clique em “Author Center” e inicie o processo de submissão.

Os originais devem ser digitados em *Word* ou RTF, fonte Arial 12, respeitando o número máximo de palavras definido por seção da revista. Todos os originais submetidos à publicação devem dispor de resumo e palavras-chave alusivas à temática (com exceção das seções Livros, Criação, Notas breves e Cartas).

As informações sobre a folha de rosto foram excluídas porque estão todas explicitadas no sistema, devendo ser atendidas obrigatoriamente pelo autor, ao submeter o manuscrito. O não atendimento impede o autor de continuar a submissão.

Da primeira página devem constar (em português, espanhol e inglês): título (até 25 palavras), resumo (até 140 palavras) e no máximo cinco palavras-chave.

Observação: na contagem de palavras do resumo, excluem-se título e palavras-chave.

Notas de rodapé - numeradas, sucintas, usadas somente quando necessário.

Citações - referências no texto devem subordinar-se à forma **-Autor, ano, página**, em caixa baixa (apenas a primeira letra do sobrenome do autor em caixa alta) conforme o exemplo: e criar as condições para a construção de conhecimentos de forma colaborativa (Kenski, 2001, p. 31).

Casos específicos:

a Citações literais de **até três linhas**: entre aspas, **sem destaque em itálico** e, em seguida, entre parênteses (Sobrenome do autor, data, p.xx, **sem espaço entre o ponto e o número**). Ponto final depois dos parênteses.

b Citações literais de **mais de três linhas**: em parágrafo destacado do texto (um enter antes e um depois), com **4 cm** de recuo à esquerda, em **espaço simples, fonte menor** que a utilizada no texto, **sem aspas, sem itálico**, terminando na margem direita do texto. Em seguida, entre parênteses: (Sobrenome do autor, data, página).

Observação: em citações, os parênteses só aparecem para indicar a autoria. Para indicar fragmento de citação utilizar colchete: [...] encontramos algumas falhas no sistema [...] quando relemos o manuscrito, mas nada podia ser feito [...]. (Fulano, Sicrano, 2008, p.56).

c Vários autores citados em sequência: **do mais recente para o mais antigo**, separados por ponto e vírgula: (Pedra, 1997; Torres, 1995; Saviani, 1994).

d Textos com dois autores: Almeida e Binder, 2004 (no corpo do texto); Almeida, Binder, 2004 (dentro dos parênteses).

e Textos com três autores: Levanthal, Singer e Jones (no corpo do texto); Levanthal, Singer, Jones (dentro dos parênteses).

f Textos com mais de três autores: Guérinet al., 2004 (dentro e fora dos parênteses).

g Documentos do mesmo autor publicados no mesmo ano: acrescentar letras minúsculas, em ordem alfabética, após a data e sem espaçamento (Campos, 1987a, 1987b).

REFERÊNCIAS

Todos os autores citados no texto devem constar das referências listadas ao final do manuscrito, em ordem alfabética, seguindo normas adaptadas da ABNT (NBR 6023/2002). Exemplos:

LIVROS: FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

* Título sempre destacado em **negrito**; sub-título, não.

**Sem indicação do número de páginas.

***A segunda e demais referências de um mesmo autor (ou autores) devem ser substituídas por um traço sublinear (seis espaços) e ponto, sempre da mais recente para a mais antiga. Se mudar de página, é preciso repetir o nome do autor. Se for o mesmo autor, mas com colaboradores, não vale o travessão. Ex: Freire, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 27.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. (Coleção Leitura).

_____. **Extensão ou comunicação?** 10.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

**** Dois ou três autores, separar com ponto e vírgula; mais de três autores, indicar o primeiro autor, acrescentando-se a expressão et al. Ex.:

CUNHA, M.I.; LEITE, D.B.C. **Decisões pedagógicas e estruturas de poder na Universidade**. Campinas: Papirus, 1996. (Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

FREIRE, M. et al. (Orgs.). **Avaliação e planejamento: a prática educativa em questão**. Instrumentos metodológicos II. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1997. (Seminários)

CAPÍTULOS DE LIVRO: QUÉAU, P. O tempo do virtual. In: PARENTE, A. (Org.). **Imagem máquina: a era das tecnologias do virtual**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996. p.91-9.

* Apenas o título do livro é destacado, **em negrito**.

**Obrigatório indicar, ao final, a página inicial e final do capítulo citado.

Regras específicas

1 Autor do livro igual ao autor do capítulo: HARTZ, Z.M.A. Explorando novos caminhos na pesquisa avaliativa das ações de saúde. In: _____ (Org.). **Avaliação em saúde: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação dos programas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. p.19-28.

2 Autor do livro diferente do autor do capítulo: VALLA, V.V.; GUIMARÃES, M.B.; LACERDA, A. Religiosidade, apoio social e cuidado integral à saúde: uma proposta de investigação voltada para as classes populares. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R.A. (Orgs.). **Cuidado: as fronteiras da integralidade**. Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 2004. p.103-18.

3 Autor é uma entidade: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente e saúde**. 3.ed. Brasília: SEF, 2001.

4 Séries e coleções: MIGLIORI, R. **Paradigmas e educação**. São Paulo: Aquariana, 1993. (Visão do futuro, v.1).

ARTIGOS EM PERIÓDICOS: FERNANDEZ, J. C. A.; WESTPHAL, M. F. O lugar dos sujeitos e a questão da hipossuficiência na promoção da saúde. **Interface (Botucatu)**, v. 16, n. 42, p.595-608, jul./set. 2012.

As mudanças foram por conta das orientações do IBICT em relação ao nome da revista e a sua citação.

*Apenas o título do periódico é destacado, **em negrito**.

**Obrigatório indicar, após o volume e o número, as páginas em que o artigo foi publicado.

TESES E DISSERTAÇÕES: IYDA, M. **Mudanças nas relações de produção e migração:** o caso de Botucatu e São Manuel. 1979. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1979.

RESUMOS EM ANAIS DE EVENTOS: PAIM, J.S. O SUS no ensino médico: retórica ou realidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO MÉDICA, 33., 1995, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 1995. p.5.

*Apenas a palavra **Anais** é destacada, **em negrito**.

**Quando o trabalho for consultado on-line, mencionar o endereço eletrônico: Disponível em:<...>. Acesso em (dia, mês, ano).

***Quando o trabalho for consultado em material impresso, colocar página inicial e final.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS: Wagner, C.D.; Persson, P.B. Chaos in cardiovascular system: anupdate. **Cardiovasc. Res.**, v.40, p.257-64, 1998. Disponível em: <<http://www.probe.br/science.html>>. Acesso em: 20 jun. 1999.

* Apenas o título do periódico é destacado, **em negrito**.

**Os autores devem verificar se os endereços eletrônicos (URL) citados no texto ainda estão ativos.

Nota: se a referência incluir o DOI, este deve ser mantido. **Só neste caso** (quando a citação for tirada do SciELO, sempre vem o Doi junto; em outros casos, nem sempre).

ILUSTRAÇÕES: Imagens, figuras ou desenhos devem estar em formato tiff ou jpeg, com resolução mínima de 200 dpi, tamanho máximo 16 x 20 cm, em tons de cinza, com legenda e fonte arial9. Tabelas e gráficos torre podem ser produzidos em Word ou Excel. Outros tipos de gráficos (pizza, evolução...) devem ser produzidos em programa de imagem (photoshop ou coreldraw).

**As submissões devem ser realizadas on-line no endereço:
<http://mc04.manuscriptcentral.com/icse-scielo>**

ANÁLISE E APROVAÇÃO DOS ORIGINAIS

Todo texto enviado para publicação será submetido a uma pré-avaliação inicial, pelo Corpo Editorial. Uma vez aprovado, será encaminhado à revisão por pares (no mínimo dois relatores). O material será devolvido ao (s) autor (es) caso os relatores sugiram mudanças e/ou correções. Em caso de divergência de pareceres, o texto será encaminhado a um terceiro relator, para arbitragem. A decisão final sobre o mérito do trabalho é de responsabilidade do Corpo Editorial (editores e editores associados).

A publicação do trabalho implica a cessão integral dos direitos autorais à **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**. Não é permitida a reprodução parcial ou total de artigos e matérias publicadas, sem a prévia autorização dos editores.

Os textos são de responsabilidade dos autores, não coincidindo, necessariamente, com o ponto de vista dos editores e do Corpo Editorial da revista.